ARROZ

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS
AGROANALYSIS

VOLUME 12 NÚMERO 5 MAIO DE 1988

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ECONOMIA

CENTRAL
-3. VI. 88
RIO DE JANEIRO-RJ

BRASIL CORREIO
Cz$ 0036

(10 EXEMPLARES)
FGV-EAESP
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
AV 9 DE JULHO 2029 - 10.AND
01313 SAO PAULO SP

IMPRESSO

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro **(Chefe do Cea/Ibre/FGV)**

Núcleo editorial: Boris Gheventer, Fernando Roberto de Freitas Almeida e Maria José Cyhlar Monteiro.

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer **(preços no nível do produtor)**, fone: 233-6443; v a g o **(pecuária e cacau)**, fone: 233-6443; Eliana Conde Barroso Leite Viglio **(arroz, feijão e tomate)**, fone: 233-6338; Fernando Roberto de Freitas Almeida **(soja, trigo e uva)**, fone: 233-6443; v a g o **(café e amendoim)**, fone: 253-2066; v a g o **(cana-de-açúcar, álcool, mandioca)**, fone: 233-6338; v a g o **(algodão, outras fibras vegetais e laranja)**, fone: 233-6338; Irene Raguenet Troccoli **(milho, aves e suínos)**, fone: 253-1263; Janet Fajardo Zaidhaft **(cebola e mamona)**, fone: 253-1263; Maria José Cyhlar Monteiro **(política agrícola)**, fone: 233-6195; e Martha Macedo de Lima Barata **(aveia, centeio, cevada e sorgo)**, fone: 253-1263.

Estatística (preços no nível do produtor): Adib Jamil Amin **(preços de terras, salários e serviços)**, fone: 233-6338; Lúcio Junqueira Campos **(preços recebidos)**, fone: 233-6195; Mário Sachs Rabello **(índices e relações de trocas)**, fone: 233-8588; e Oraide Terezinha Novaes **(preços de insumos)**, fone: 253-2066.

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego **(bibliotecária)** e Maria Célia Ávila Bezerra.

Técnico de editoração: João Daniel de Castro Filho.

Serviços de secretaria: Vilma Tavares de Lima Oliveira **(secretária)**, fone: 233-6040; Lúcia Maria Santos de Paula e Rosa Cristina da Silva Leite.

Microcomputador: Bruno da Silva Junior.

Composição: Iolanda Aparecida da Silva e Neli Martins Mascarenhas.

Arte, incluindo capa, gráficos, ilustrações e diagramação: Pedro Marcílio da Silva Leite.

Impressão: Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda. (PABX 224-7732 – 231-3213).

É permitida a reprodução total ou parcial do **Agroanalysis**, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1– ,n.1– 1977–
1977
mensal CDU 631(05)

Rua da Candelária, 6
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.091 – Centro – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

Solicita-se aos leitores que, na eventual comunicação de mudança de endereço, remetam a etiqueta do último **Agroanalysis** recebido.

NOTA DA EDIÇÃO

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

No ***Brasil****, a notória instabilidade da economia acarreta rápidas alterações na política agrícola voltada à comercialização, na tentativa de conciliar os interesses freqüentemente contraditórios de produtores, consumidores e, também, do Estado. Para a safra 1987/88, buscou-se* ***regulamentar*** *a atuação governamental no mercado, com a publicação do* ***Decreto nº 95.457.***

Após longos anos de críticas generalizadas à intervenção estatal no ***Setor****, estabeleceu-se que esta se dará mediante as tradicionais compras e vendas dos estoques e a liberação ou restrição de importações, apenas quando os preços de mercado superarem a adrede criada* ***faixa de livre mercado****. O limite superior desta* ***faixa*** *é um preço de referência para cada produto e região e, o inferior, o próprio preço mínimo oficial. O preço de referência é a média de sessenta meses dos preços corrigidos no atacado da principal praça comercial, mais uma margem por produto/região, que é de 12% para o arroz e o milho e de 17% para o feijão.*

De acordo com as novas regras, os preços praticados poderão oscilar, sem a intervenção do governo federal, até o limite máximo da ***faixa****, fixado em* ***OTN*** *e corrigido até março de 1989.*

No presente número de ***Agroanalysis****, inserem-se três matérias referentes aos mercados interno e mundial do arroz, uma das lavouras mais afetadas pela pesada presença do Estado na comercialização. Com efeito, embora a rentabilidade de determinada atividade não seja função exclusiva do preço de seu produto, a influência dos tabelamentos sucessivos e das importações extemporâneas sobre a orizicultura sempre perturbou o cálculo econômico dos produtores rurais. Distorções várias levaram à crescente estatização da atividade, em anos recentes, expressa nas compras efetuadas pela* ***Companhia de Financiamento da Produção****: 14% da safra 1985/86 e 26,5% em 1986/87, com a formação de um estoque de mais de 3 milhões de t. Na presente safra, estimada em 11,9 milhões de t, até meados de maio, haviam sido adquiridas cerca de 560 mil t e se encontravam vinculadas a* ***EGF*** *pouco mais de 800 mil t.*

A atual situação do mercado sugere que as autoridades governamentais vêm pretendendo, de fato, cumprir as regras estabelecidas. Apesar da certeza de grande disponibilidade, as cotações do arroz estão evoluindo dentro dos limites, sem que se tenha definido, ainda, a colocação dos excedentes no mercado externo. Pode ser o começo de novo e promissor caminho para a agricultura brasileira.

Também neste número, o leitor encontrará nova seção, o ***Acompanhamento da Conjuntura Agropecuária****, em que se apresentarão informações rápidas e atualizadas, de fácil visualização, referentes a produtos agrícolas específicos.*

SUMÁRIO

ACOMPANHAMENTO
- Arroz 2
- Cebola 7

PRODUTOS ANIMAIS
- Avicultura 10

ENSAIOS ESPECIAIS
- A Política Arrozeira da Comunidade Econômica Européia 12

ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL DA AGROPECUÁRIA
- Cacau 18
- Suinocultura 19
- Preços das Terras no Meio Rural .. 20

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 23

PREÇOS RECEBIDOS 25

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS
- Mercado Externo 26
- Mercado Interno 28
- Relativos 30

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 32

ARROZ

A safra apresenta bom desempenho e a produção é estimada em nível elevado. Diante da esperada estagnação do consumo e com estoques considerados excessivos, cogita-se do retorno do país, como exportador, ao mercado internacional.

A expectativa de outra grande safra, à qual se agregará um estoque remanescente de dimensões inusitadas, vem suscitando preocupações em todos os agentes econômicos envolvidos na atividade. Afinal, os efeitos da combinação de duas grandes safras consecutivas (1985/86 e 1986/87) com as elevadas importações permitidas no período do **Plano de Estabilização Econômica** modificaram profundamente o quadro do abastecimento, culminando com a existência, hoje, de consideráveis excedentes a pressionar fortemente o mercado.

A posição do estoque de passagem, ao se iniciar a nova safra, aponta para uma crítica situação de abundância. Em fevereiro, detinham-se nada menos do que 3,5 milhões de t de reservas (3,1 milhões de t em poder da **CFP** e 400 mil t com a iniciativa privada), um recorde que supera em mais da metade o estoque inicial da safra anterior.

Em função da oferta atípica, o mercado atravessou um longo período de estagnação (ao contrário da tradicional escassez que antecede a entrada da nova safra, provocando elevação dos preços, nos dois últimos anos, grandes estoques de passagem amorteceram o ritmo de elevação dos preços durante a entressafra, sugerindo problemas futuros na comercialização). Além disso, as expectativas em relação às dimensões da safra 1987/88, em especial no tocante à colheita gaúcha, mantinham os negócios em níveis bastante reduzidos. No início de janeiro, as cotações no atacado da variedade **agulhinha** permaneciam estáveis, nos mesmos patamares observados no final de novembro passado (Cz$ 680/30 kg-**Fob**/RS), ocasião em que o governo havia decidido a liberação total dos preços do produto, conforme vinham reivindicando os agentes responsáveis pela produção e beneficiamento.

Apesar de ter favorecido o mercado, a liberação não provocou uma maior reação nos preços (entre novembro e dezembro de 1987, a majoração no varejo foi de apenas 12% em **São Paulo**), que continuaram evidenciando a forte pressão baixista existente em todos os níveis da comercialização, face à situação superavitária do mercado. No final de janeiro, encerraram-se os últimos prazos de amortização dos **EGF** da safra 1986/87, que totalizavam 520 mil t de arroz **agulhinha**, estocadas principalmente na região da fronteira Oeste gaúcha, maior zona produtora do **Rio Grande do Sul**. Sem dúvida, a armazenagem e a comercialização da nova safra ficariam seriamente prejudicadas, caso os **EGF** não fossem prontamente convertidos em **AGF** após o seu vencimento, incorporando-se aos estoques reguladores do governo. Preocupados, produtores e agentes vinculados à comercialização e armazenagem pleitearam junto ao **Ministério da Fazenda** a liberação urgente dos recursos destinados às operações de **AGF**, alertando para o risco de a nova safra encontrar os armazéns ainda ocupados, na hipótese de não se efetuar a remoção daqueles excedentes para fora das zonas de produção, situação particularmente delicada nas regiões de Uruguaiana e Alegrete.

O governo só liberou os recursos para a **CFP** adquirir e remover o arroz gaúcho vinculado aos **EGF** em meados de fevereiro. Até então, aguardava-se que a concretização destas operações propiciasse uma recuperação das cotações, uma vez que o produto ficaria afastado do mercado. Entretanto, os recursos disponíveis só puderam atender, até o momento, os penhores correspondentes a 175 mil t, ficando o restante em suspenso.

Desde novembro passado, na tentativa de **realinhar** os preços de mercado para os patamares dos preços oficiais de garantia a vigorar no início da safra, o governo vinha adotando um mecanismo de reajustes semanais nos preços de abertura dos leilões para o produto em casca. Por sua vez, o baixo interesse registrado naqueles leilões justificou-se, tanto pela possibilidade da compra do produto oriundo da nova safra a um preço igual, como pelo receio dos compradores de não obterem posteriormente um preço compensador para sua mercadoria.

O mercado manteve-se estável e, na ocasião em que já se efetuavam as primeiras colheitas, as cotações do arroz **agulhinha** tipo 2 situavam-se em torno de Cz$ 600 a saca de 50 kg, no nível do produtor, enquanto o preço mínimo fixado para fevereiro alcançava Cz$ 742/50 kg, portanto, uma defasagem de 24%. Isto pressu-

QUADRO 01 – ARROZ[1] – PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO[2] DOS PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES – 1986/87[3] E 1987/88[4] – (em milhões de t)

	1986/87			1987/88		
	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO
China	119,8	119,2	1,0	123,2	122,1	1,2
Tailândia	11,9	8,6	3,9	10,4	8,6	2,0
Birmânia	7,8	7,3	0,5	8,4	7,9	0,5
EUA	4,3	2,4	2,3	4,1	2,5	2,6
Paquistão	3,5	2,3	1,4	3,1	2,2	1,0
CEE[5]	1,3	1,5	1,0	1,3	1,5	1,0
Austrália	0,4	0,1	0,4	0,5	0,1	0,4
MUNDO	315,7	319,4	12,2	301,5	311,7	10,2

FONTE – Economic Research Service, USDA.
1 **Em equivalente beneficiado;**
2 **as exportações referem-se ao ano civil, exceto as do comércio intra-**CEE;
3 **estimativas preliminares;**
4 **previsão;**
5 **inclui** Portugal e Espanha.

põe que o governo novamente realizará grandes compras no decorrer da comercialização. Os reajustes no atacado foram atribuídos apenas aos aumentos do frete e dos custos operacionais.

No caso do arroz, quando foram definidas as novas regras para a comercialização da safra 1987/88 (ver **Agroanalysis**, volume 12, número 1, seção **Preceitos de Política Agrícola**), correu-se o risco destas provocarem um efeito inverso ao pretendido. Ao aprovar o novo limite para as intervenções do governo no mercado, o **Conselho Monetário Nacional** executava uma política calcada na crescente liberação do sistema de comercialização atualmente existente no país, objetivando minimizar as acentuadas distorções que vêm sendo geradas desde que o Estado assumiu o papel de grande comprador das safras agrícolas, interferência esta mantida às custas de pesados subsídios e algumas desvantagens para os agentes econômicos ligados ao Setor Agrícola. Distanciando-se desta posição, o governo pretende estimular a formação de estoques por parte da iniciativa privada, e evitar as freqüentes e nem sempre bem sucedidas intervenções no processo de escoamento da produção[1].

Desta forma, ficou estabelecido que as vendas dos estoques oficiais somente seriam levadas a efeito quando os preços praticados no mercado atingissem níveis correspondentes à média dos preços reais dos últimos sessenta meses, convertida em **OTN** do mês-base, acrescida da margem de 12%. Para aliviar a pressão que os elevados estoques oficiais exerciam sobre o mercado, aos quais ainda deveriam se agregar 520 mil t de arroz gaúcho estocadas sob **EGF** e cujos prazos de liquidação estariam vencidos até o final do mês de janeiro, o governo teria que forçar uma substancial elevação nos preços, a fim de eliminar o diferencial de 50% existente entre os preços de mercado e o nível estabelecido pelas normas de intervenção. Se, por um lado, para fazer valer tais normas, o governo teria de suspender a venda de seus estoques em leilão, por outro, a escassez artificial induzida com esta medida poderia provocar um perigoso efeito sobre o índice de inflação, considerando que os estoques detidos pela iniciativa privada vêm-se reduzindo sistematicamente. Os subsídios exigidos a curto prazo, caso se optasse pela redução dos preços do produto de **sequeiro** (que compõe quase a totalidade dos estoques remanescentes), a fim de acelerar o seu escoamento, tornariam tal procedimento inviável, contrariando os próprios objetivos em que se fundamentaram as atuais regras de comercialização.

O retorno ao mercado internacional, após prolongada ausência, poderia representar uma importante alternativa como via de escoamento dos excedentes internos. Vale res-

1 Observa-se que a estatização da comercialização do arroz cresceu significativamente nos últimos anos. Segundo a **CFP**, o governo comprou cerca de 14% da produção obtida na safra 1985/86 e, na última safra, elevou esta proporção para 26,5%, o que correspondeu a dispêndios que consumiram cerca de 40% do total de recursos mobilizados na aquisição dos produtos beneficiados pela **Política de Garantia de Preços Mínimos.**

saltar que são boas as perspectivas atuais para colocação do produto no mercado externo (ver **box**), uma vez que está prevista uma quebra de até 5% na safra mundial, em razão da longa estiagem que afetou diversos países da **Ásia**. A redução de 30% nos estoques de passagem mundiais provocou uma sensível elevação nas cotações internacionais, favorecendo as exportações brasileiras. Entretanto, sabe-se que as vendas externas do produto de **sequeiro**, se concretizadas, irão necessitar de subsídios governamentais, o que talvez não ocorra com o arroz gaúcho, mais competitivo no mercado internacional. O governo autorizou em fevereiro a exportação de 170 mil t de arroz **agulhinha** beneficiado (equivalentes a 250 mil t do produto em casca), quota que corresponde apenas à quantidade que deverá ser importada por conta dos acordos bilaterais mantidos com a **Argentina** e o **Uruguai**. O que se discute agora, no entanto, é a saída para os excedentes de **sequeiro** que, ao contrário das variedades gaúchas, não têm boa aceitação no mercado mundial e constituem, de fato, o principal alvo de medidas de ajustamento. Coloca-se em pauta a distribuição do produto através de programas sociais de atendimento às populações carentes e, ainda, as propostas de venda para alguns países africanos (através de operações subsidiadas), o que tem polarizado as discussões.

As últimas estimativas do **IBGE** para a atual safra estão bastante otimistas e antevêem um crescimento de 11% sobre a produção total colhida em 1987.

No ano passado, as dificuldades com a comercialização, os constantes aumentos nos custos de produção, e ainda, o descontentamento provocado pela decisão do governo de instituir um **deságio** sobre os preços mínimos da safra atual (com a intenção de evitar que o Estado efetuasse novamente grandes aquisições do produto), fez supor um arrefecimento na intenção de plantio dos produtores gaúchos para a safra 1987/88. Contudo, este quadro rapidamente se reverteu, em grande parte porque a determinação de se aplicar o redutor sobre os preços de garantia foi logo revogada. Aguarda-se uma excelente safra no estado e é bem provável que se obtenham três recordes: de acordo com o **IBGE**, a produtividade aumentou e deverá alcançar 4.575 kg/ha, enquanto a produção ficará em torno de 3,7 milhões de t, respectivamente 3% e 4% superiores aos resultados obtidos em 1987. A área plantada também deverá ser pouco maior do que a de 1987, devido à incorporação de novas áreas sob regime de arrendamento. A ocorrência de baixas temperaturas no sul do estado, durante o mês de fevereiro, afetou algumas lavouras que se encontravam ainda no estágio de florescimento, provocando perdas nesta região, que normalmente registra elevada produtividade. Até o momento, porém, não foi possível quantificar os danos mas se acredita que, de um modo geral, não afetarão de forma significativa os resultados até agora prognosticados.

Em **Goiás**, segundo informações da **Cepa** local, as condições climáticas também foram propícias e, de um modo geral, a safra transcorre bem. Excetuando a ocorrência de ataques de **cigarrinha** em algumas lavouras, de forma bastante localizada, não se registraram maiores problemas e, por isso mesmo, a produtividade deverá se expandir, compensando a redução que ora se observa na área plantada. As últimas estimativas do **GCEA** prevêem produção recorde, em torno de 1,6 milhão de t.

No que se refere ao plantio nordestino, apesar de o **inverno** (estação das chuvas) maranhense ter chegado

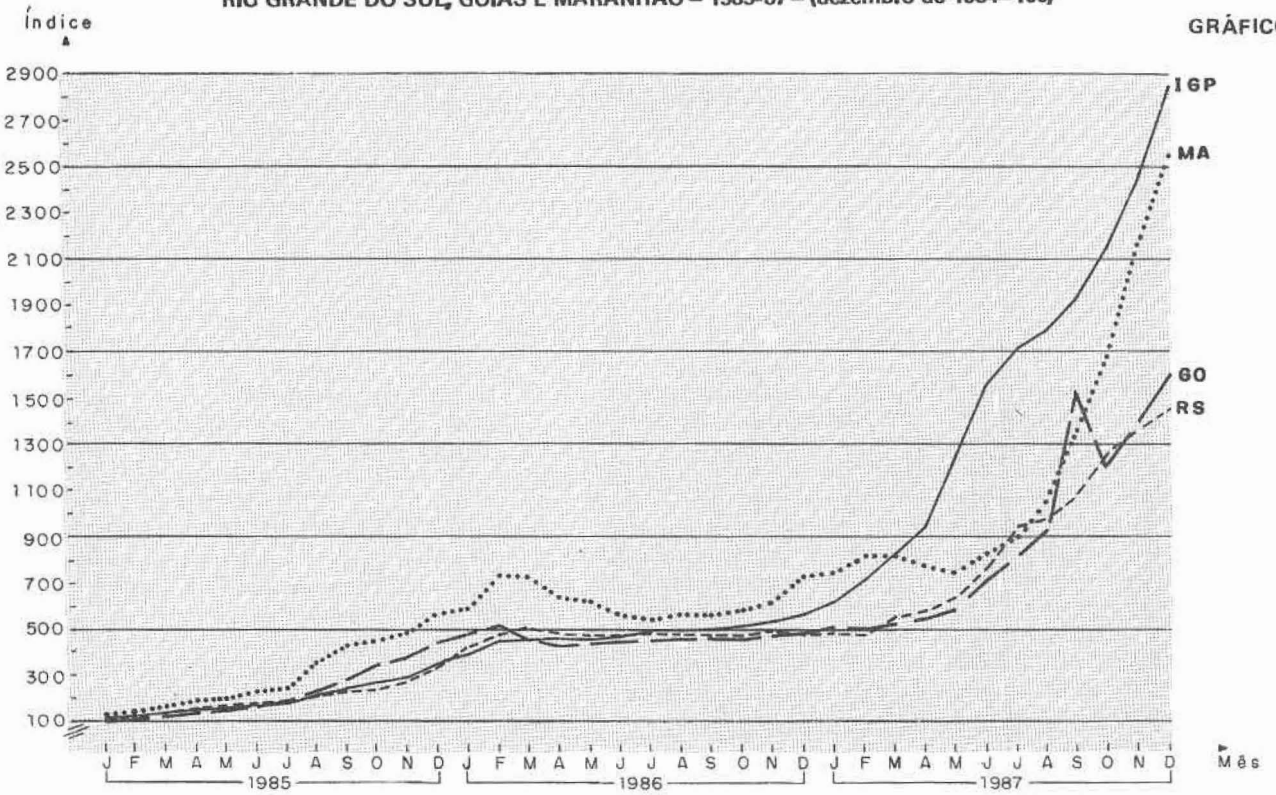
QUADRO 02 – ARROZ EM CASCA – PRODUÇÃO DA SAFRA 1987/88

UF	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO FÍSICO (kg/ha)
RS	811.359	3.711.952	4.575
GO	1.128.640	1.608.300	1.425
MA	961.838	1.378.291	1.433
MT	694.844	1.099.776	1.453
MG	572.801	938.809	1.639
SC	159.442	522.145	3.275
SP	275.255	504.375	1.832
MS	275.000	385.000	1.400
PI	242.376	373.948	1.543
PR	195.000	345.000	1.769
RO	156.761	245.250	1.564
PA	164.758	190.809	1.158
CE	76.994	170.808	2.218
RJ	34.540	120.335	3.484
BA	112.753	112.753	1.000
ES	34.554	108.418	3.138
AC	29.610	42.299	1.429
PE	10.500	39.900	3.800
PB	14.586	32.160	2.205
SE	11.760	31.717	2.697
AL	7.225	20.990	2.905
DF	7.084	9.000	1.270
RR	1.600	7.213	4.508
AP	780	1.014	1.300
TOTAL	5.984.060	11.916.262	1.991

FONTE – IBGE (estimativa de fevereiro)

ARROZ EM CASCA – EVOLUÇÃO DO IGP-DI E DO ÍNDICE DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES NO RIO GRANDE DO SUL, GOIÁS E MARANHÃO – 1985-87 – (dezembro de 1984=100)

GRÁFICO 01



FONTE – FGV/Ibre/Cea.

com certo atraso e a semeadura só se ter iniciado em janeiro, as condições climáticas observadas, desde então, mostraram-se bastante favoráveis e, possivelmente, obter-se-á uma boa safra. Mantendo a tendência oscilante dos últimos anos (ver **Agroanalysis**, volume 12, número 2, fevereiro de 1988) poderá haver recuperação da grande quebra ocorrida no ano passado, quando a ausência prolongada de chuvas provocou sensível queda de produtividade[2]. O **IBGE** estimou, em fevereiro, que serão colhidas cerca de 1,4 milhão de t, numa área um pouco maior do que a do ano anterior (ver Quadro 02).

Observa-se que a produção deverá crescer nos três principais estados produtores, a despeito de a remuneração obtida pelos agricultores destas regiões, em 1987, ter apresentado variação inferior à evolução do **IGP-DI** no período. Os produtores do **Maranhão**, em razão da acentuada quebra da safra, obtiveram os maiores índices, seguidos por **Goiás** e pelo **Rio Grande do Sul**. Enquanto o **IGP-DI** registrou uma variação de 416% no período compreendido entre janeiro e dezembro de 1987, os preços recebidos pelos produtores no **Maranhão, Goiás** e **Rio Grande do Sul** evoluíram 340%, 318% e 297%, respectivamente (ver Gráfico 01). Sem dúvida, a comercialização da safra passada foi difícil e não estimulou os produtores. Conseqüentemente, a área plantada nestes estados não apresentou maiores expansões. Especialmente no caso do **Maranhão** e **Goiás**, bons rendimentos físicos é que deverão proporcionar o incremento na produção deste ano.

Embora seja necessário uma avaliação mais segura a respeito das dimensões da nova safra, visto que esta se encontra em fase inicial de colheita, seguramente será abundante e é de se esperar que o impacto resultante de uma situação de oferta excessiva provoque alguma conturbação no mercado.

A composição de estratégias cautelosas de comercialização para esta safra será fundamental no sentido de se evitar por em risco os ganhos até aqui obtidos na esfera da produção. Por extensão, não é demais ressaltar que o crescimento da produção de arroz jamais poderá surtir o efeito desejado se não vier efetivamente acompanhado de uma política de longo prazo consolidada e eficaz para a atividade.

2 A rusticidade das lavouras maranhenses de arroz, predominantemente conduzidas no sistema de **sequeiro**, torna-as bastante vulneráveis a condições ambientais adversas. Na última safra, a produtividade no estado caiu de 1.378 kg/ha, obtida em 1985/86, para 641 kg/ha. Esta queda é comparável à que ocorreu no atípico ano de 1982/83, quando a lavoura registrou o menor rendimento físico dos últimos dez anos, 596 kg/ha. Nos dois casos a causa foi a mesma: **seca**.

OS PREÇOS DO ARROZ SOBEM, ENQUANTO A OFERTA MUNDIAL SE REDUZ

Prevê-se que a produção mundial de arroz beneficiado em 1987/88 será 4,5% menor do que a da safra 1986/87, atingindo 302 milhões de t. A produção do **Sul** e do **Sudeste** asiáticos foi prejudicada por monções fracas e tardias. A produção dos **EUA**, em razão da área de plantio reduzida e do rendimento físico mais baixo, particularmente no caso do **arroz de grão longo**, também deverá ser menor.

O consumo interno norte-americano está aumentando e o seu atendimento competirá pela oferta disponível com a demanda pelas exportações. Os suprimentos reduzidos no exterior e nos **EUA** e os preços rapidamente ascendentes devem provocar diminuição no comércio mundial, que atingirá o mais baixo nível em uma década.

Espera-se que as quebras de safra nas principais regiões produtoras reduzam as disponibilidades para exportação. Estima-se que o comércio mundial do arroz cairá para 10,2 milhões de t em 1988, 16% abaixo do resultado de 1987 e o menor total desde 1978.

A produção fora dos **EUA** deve cair 14 milhões de t, chegando a 297 milhões de t. Enquanto se espera que a **República Popular da China**, principal produtor mundial, colha sua segunda maior safra, projetam-se declínios acentuados em várias safras do **Sul** e **Sudeste** da Ásia.

Uma **seca** deverá diminuir a safra da **Índia** a 47 milhões de t (– 22% em relação a 1986/87). Violentas inundações em **Bangladesh** devem provocar um decréscimo na produção de 7%, relativamente a 1986/87, o que reduzirá a colheita a 14,3 milhões de t. Enquanto a **Índia** compensará sua frustração de safra retirando produto de seus estoques, supõe-se que **Bangladesh** tenha ampliado suas importações de arroz, em 1987, para 900 mil t, bem acima das menos de 100 mil t, de 1986.

Alguns países afetados pela monção fraca são grandes exportadores. Da **Tailândia**, espera-se a colheita da segunda safra consecutiva prejudicada pela **seca**. A previsão da produção tailandesa, de 10,4 milhões de t, é 12% menor do que a anterior. Também se estima que a produção seja 12% menor, alcançando 3,1 milhões de t.

Tais previsões de quebras de safras, entre os principais exportadores de arroz, estão também contraindo os suprimentos exportáveis, especialmente os do **arroz de grão longo**. Os preços de exportação estão subindo. O preço dos **EUA** no mercado mundial do **grão longo** (base em casca), aumentou 66%, de 4/8 a 13/10, para US$ 6,32/**cwt**. Os preços nominais tailandeses (**Fob**) para um tipo similar subiram 69% desde julho, para US$ 279/t, em 13/10, equivalente sem casca. Esse patamar é 55% superior ao de um ano antes. A oferta mundial deverá permanecer **apertada**, pelo menos até que as safras de 1988/89 dos **EUA** e da **Tailândia** sejam colhidas.

O alto preço do arroz deverá afetar significativamente a demanda por importações. A **Comunidade Econômica Européia** e alguns dos países mais ricos do **Oriente Médio** e da **Ásia** deverão apresentar pequena alteração em suas importações, apesar dos preços mais elevados. Contudo, alguns países mais pobres cortarão suas compras no exterior e outros optarão por tipos inferiores de arroz ou por importações de trigo.

Os **EUA** serão uma boa fonte para o fornecimento de trigo e de tipos **médios** e **curtos** de arroz, mas não serão capazes de preencher a lacuna da oferta do **grão longo**, tipo que representa grande parte da demanda mundial. Com a produção norte-americana deste arroz em 1987/88 projetada 11% menor e os estoques de passagem 39% inferiores aos do ano anterior, o suprimento do **grão longo** dos **EUA** será 20% menor. A limitada disponibilidade norte-americana, conseqüentemente, refreará as exportações. Embora a previsão das exportações para 1988, considerados todos os tipos de arroz, seja de 2,6 milhões de t, 300 mil t acima das de 1987, grande parte deste incremento terá de provir do suprimento dos **grãos médios** e **curtos**..

A **China** e a **Austrália** devem ser os outros únicos países em posição de expandir as exportações. Considerando-se a projeção de preços elevados e ampla oferta, a **China** deve preferir aumentar suas vendas ao exterior para 1/1,1 milhão de t. A época do plantio australiano está quase começando e a perspectiva de altos preços durante a colheita encorajará os agricultores a expandirem a área e a produção.

A produção australiana deverá situar-se em torno de 500 mil t e as exportações em 1988 podem atingir 400 mil t, acima da estimativa de 350 mil, em 1987. A **China** exporta majoritariamente **grão longo** de baixa qualidade e, a **Austrália**, fundamentalmente variedades de **grãos médios** e **curtos**. Nenhum dos dois países será capaz de ofertar quantidades significativas de arroz para os mercados de **grãos longos** de alta qualidade.

A REDUÇÃO DA ÁREA E OS RENDIMENTOS FÍSICOS MENORES DIMINUEM A PRODUÇÃO DOS EUA

Segundo as estimativas de outubro, a produção de arroz de 1987, dos **EUA**, deve declinar para até 4,1 milhões de t, (equivalente sem casca) abaixo das 4,3 milhões de t de 1986. A produção do **grão longo** deve cair 11%, enquanto a do **grão médio** subirá 10% e, do **curto**, 4%.

Pelo terceiro ano consecutivo, os orizicultores norte-americanos reduziram sua área plantada. Conseqüentemente, a área colhida caiu dos 2,8 milhões de acres de 1984/85, para 2,3 milhões de acres em 1987/88. A grande participação nos programas governamentais, que requerem a retirada da produção de 35% da área, foi responsável por isto.

Enquanto a extensão cultivada tem declinado, os rendimentos físicos ascenderam rapidamente nos anos oitenta, em razão da adoção de variedades mais produtivas. Contudo, problemas de doenças, tais como a **ferrugem**, constituíram séria dificuldade este ano, particularmente em **Arkansas**, onde são produzidos 40% da safra dos **EUA**. Adicionalmente, clima frio extemporâneo no **Texas** e na **Califórnia** durante fases críticas do desenvolvimento, baixaram os rendimentos físicos esperados. Como resultado, a produtividade das lavouras deve cair 3%, em relação ao obtido no ano anterior.

O impacto do empréstimo de comercialização, que reduziu sobremaneira os preços dos **EUA**, foi sentido em 1986/87, quando o consumo total aumentou 28%. O resultado foi que os estoques de passagem de todos os tipos de arroz em 1º/8 estiveram 28% abaixo do verificado um ano antes. Com a produção e os estoques diminuídos, o suprimento em 1987/88 deverá ser reduzido em 14%, para 5,9 milhões de t. Tal número será 400 mil t menor do que o drasticamente reduzido suprimento de 1983/84, o ano do **PIK**[NT] e dos baixos rendimentos físicos dos arrozais.

Espera-se que a combinação de forte demanda com oferta fraca baixe os estoques de 1987/88 em surpreendentes 50%, para cerca de 900 mil t, abaixo de 1 milhão de t, considerado pelo **Food Security Act** de 1985, como o total necessário para se manterem suprimentos adequados para o consumo interno e as exportações. Os estoques do **grão longo** serão criticamente apertados, possivelmente situando-se em 200 mil t. Aproximadamente 70% do arroz dos **EUA** comercializado internamente e no mercado mundial são de **grão longo**.

NT – Trata-se do **Programa de Pagamento em Espécie (Payment in Kind)** do governo dos **EUA**, pelo qual partes dos pagamentos devidos **pelo governo aos agricultores passaram a ser feitas em mercadorias.**

*Texto de **Sara Schawrtz** e **Janet Livezey**, publicado originalmente em **Agricultural Outlook**, do **USDA**, em novembro de 1987 e traduzido por **Fernando Roberto de Freitas Almeida**, economista do **Centro de Estudos Agrícolas/Ibre/FGV**.*

CEBOLA

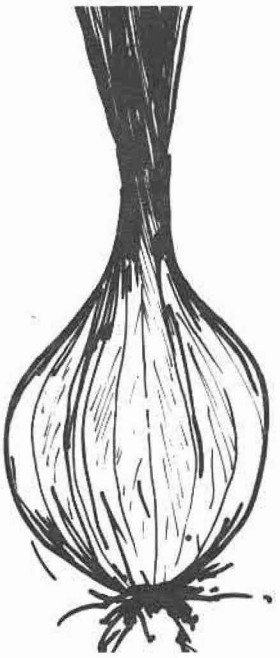
Produção menor provoca recuperação das cotações. Até meados do ano, o abastecimento está garantido, mas continua presente a necessidade de uma política efetiva de apoio à produção

Os preços da cebola, depois de registrarem acentuado declínio, no ano passado, voltaram a reagir a partir de dezembro em todos os segmentos do mercado (ver Quadro 03), melhorando bastante as condições de comercialização.

Em 1987, notadamente depois de junho (ver **Agroanalysis**, volume 12, número 2, fevereiro de 1988), devido ao excesso de oferta, provocado pela coincidência da safra do **Nordeste**[1] com a de alguns municípios paulistas (Monte Alto, São José do Rio Pardo e, logo a seguir, Mirandópolis) e, por outro lado, também à retração da demanda, os preços ficaram muito aquém do custo de produção. Despencaram até o mês de outubro.

Em novembro, quando houve a transição das safras paulistas e o abastecimento passou a ser suprido principalmente com a cebola de mudas de Piedade, os preços eram tão desestimulantes que, na tentativa de forçar a alta, os produtores, além de realizarem campanhas visando ao estímulo do consumo, começaram também a formar estoques especulativos. No entanto, tendo em vista que a safra de Piedade foi muito prejudicada pelo excesso de chuvas, a comercialização transcorreu de modo acelerado e a cebola paulista, ao invés de permanecer por mais tempo no mercado, terminou mais cedo.

Com a redução da oferta oriunda de **São Paulo** e, ainda, a confirmação de quebras na safra de **Santa Catarina**, a tendência dos preços começou a se inverter em dezembro, modificando completamente as perspectivas até então desfavoráveis com relação às vendas da cebola sulista. Também é importante se levar em conta que, à medida que a cebola catarinense foi substituindo a paulista, o mercado passou a comercializar um produto de qualidade bem superior.



De fato, em decorrência do excesso de chuvas na época de semeadura e transplante das mudas e, posteriormente, também à estiagem que atingiu muitas lavouras estabelecidas mais tarde (em fase de formação de **bulbos**), acarretando queda de produtividade, a produção de **Santa Catarina**, estimada em fins de março pela **Cepa** deste estado em 197 mil t, vem-se situando muito abaixo das previsões iniciais. Porém, apesar desta produção estar sendo reavaliada para menos[2], como o total das perdas calculado este ano é de apenas 15%[3], já que a estiagem, por outro lado, acabou favorecendo a colheita e a **cura** da cebola (aumentando o período de conservação), a oferta líquida do produto destinado ao consumo fora do estado deverá ser da ordem de 149 mil t (uma vez extraídos também o consumo estadual e as reservas para sementes) e, portanto, ainda bem superior à verificada no ano anterior (de 113 mil t).

1 No ano passado, em decorrência de atraso na liberação dos créditos de custeio e, além disso, de problemas climáticos verificados principalmente no município baiano de Xique-Xique, que acabaram obrigando ao replantio, a safra do **Nordeste** foi bastante retardada e o pique de colheita se deslocou para o período de julho a setembro.

2 A estimativa da safra de **Santa Catarina** vem sendo constantemente alterada e, por isso, as últimas estimativas da **Cepa** já indicam uma produção bem menor do que a informada em fevereiro pelo **IBGE** (em torno de 236 mil t).

3 Este total costuma ser estimado em 30% em épocas normais mas, no ano passado, em conseqüência das constantes chuvas e do alto grau de umidade, chegou a atingir 50% da produção bruta (ver **Agroanalysis**, volume 11, número 4, abril de 1987).

QUADRO 03 – CEBOLA – PREÇOS MÉDIOS MENSAIS[1] NO NÍVEL DO PRODUTOR E NOS MERCADOS ATACADISTA E VAREJISTA DO ESTADO DE SÃO PAULO – 1987-88 – (Cz$/kg)

MÊS	PRODUTOR		ATACADO		VAREJO	
	1987	1988	1987	1988	1987	1988
JAN	19,76	22,57	27,22	31,27	61,92	46,26
FEV	18,98	22,17	25,65	40,00	59,01	46,57
MAR	23,88	...	37,45	43,75	54,92	63,27
ABR	31,89		54,88		85,13	
MAI	39,83		53,81		97,83	
JUN	29,95		38,39		76,24	
JUL	28,17		36,24		61,71	
AGO	20,07		22,49		61,09	
SET	8,84		17,01		43,59	
OUT	8,08		13,37		29,39	
NOV	8,21		11,98		26,91	
DEZ	10,76		20,40		28,37	

FONTE – FGV/Ibre/Cea, Acompanhamento Conjuntural Hortigranjeiros – Cobal - Minagri e IEA/SP.
[1] Preços corrigidos pelo IGP-DI, para março de 1988.
... Dado não disponível.

QUADRO 04 - CEBOLA – ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO NO RIO GRANDE DO SUL – 1983/87 E 1988

ANOS	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1983	19.858	167.483	8.344
1984	23.122	155.988	6.746
1985	18.175	172.876	9.512
1986	17.223	107.645	6.250
1987	19.600	167.272	8.534
MÉDIA 1983/87	19.596	154.253	7.872
1988	16.037	128.506	8.013

FONTE – IBGE.

Também no **Rio Grande do Sul** que, juntamente com **Santa Catarina**, abastece o mercado no período de dezembro a maio, embora a produção bruta obtida este ano (em torno de 129 mil t, de acordo com dados do **IBGE**, de fevereiro) tenha ficado cerca de 23% abaixo da registrada em 1987, a disponibilidade de cebola a ser exportada para outros estados, avaliada pela **Cepa** gaúcha em 68 mil t (considerando-se um índice de perdas normais de 25%), encontra-se em nível relativamente próximo ao do ano passado (da ordem de 72 mil t), quando as perdas giraram ao redor de 40%. É interessante observar que, neste estado, a quebra da produção deveu-se basicamente à redução da área colhida, que se situou muito abaixo da média dos últimos cinco anos, já que o rendimento médio não sofreu maiores danos[4], ficando em torno da média de 7.872 kg/ha, calculada para o período 1983/87 (ver Quadro 04).

Assim, mesmo sem se constatar escassez efetiva, uma vez que a produção do **Sul** (como já foi demonstrado acima) deverá ser suficiente para atender o abastecimento pelo menos até maio, as vendas gradativas do produto no mercado (política de retenção de estoques) provocaram elevações substanciais nos preços, que **dispararam** neste primeiro trimestre do ano, tanto no nível do produtor, como no atacado e no varejo (ver Quadro 03). Note-se que as cotações da cebola, também motivadas pelas enchentes que atingiram a região **Sudeste** em fevereiro, acompanharam o aumento generalizado e, em grande parte, especulativo, verificado nos preços das olerícolas.

4 Apesar de ter ocorrido decréscimo na produtividade, em virtude de queda de granizo em alguns municípios, e de chuvas excessivas em outros, esta acabou sendo ultrapassada, em outros municípios.

Apenas a partir de fins de abril, em função do encarecimento e conseqüente **retração** no consumo do produto e, por outro lado, também da agilização das vendas da cebola sulista, as cotações poderão mostrar sinais de arrefecimento. É bem provável que, ante às expectativas de as primeiras partidas da safra de soqueira de **São Paulo** ingressarem em breve no mercado, bem como do índice de perdas da cebola estocada começar a aumentar, os produtores do **Sul** apressem a liberação de seus estoques.

De maio em diante, além dos remanescentes da safra do **Sul** e maiores remessas do produto paulista, a cebola híbrida procedente do **Nordeste** (o pico da safra desta região costuma ser em junho e julho) também começa a ser comercializada, porém ainda é cedo para se precisar com exatidão se a tendência dos preços será de baixa, o que, naturalmente, vai depender das condições de mercado vigentes na ocasião.

Para se ter uma idéia do andamento da safra nordestina, observe-se que, em **Pernambuco**, a produção este ano deverá reduzir-se 13% em relação à obtida em 1987 (48 mil t), em conseqüência, sobretudo, de problemas cíclicos de comercialização[5] que têm levado os produtores, notadamente de 1985 para cá, a retrairem o plantio de cebola, optando por outras culturas economicamente mais rentáveis, como o arroz irrigado e o tomate com fins industriais. Além disso, segundo informações da **Cepa** local, o decréscimo de área este ano



(–7% em contraste com a área colhida no ano passado) teve outras causas, destacando-se: a) a abertura da barragem de Itaparica, que atingiu alguns municípios tradicionais plantadores de cebola e b) o fato de muitos produtores (geralmente pequenos), em vista dos pesados encargos financeiros relativos ao crédito de custeio (o que leva os bancos a submetê-los a um processo mais seletivo) e ainda de dívidas acumuladas, no ano anterior, terem ficado sem condições de se manterem na atividade.

Já na **Bahia**, conforme a **Fundação Cepa**, é esperada uma produção bem superior à do ano anterior pois, só na safra básica, deverão ser obtidas 57 mil t de cebola (a safra total do ano passado foi da ordem de 54 mil t), em uma área correspondente a 3.880 ha. Por outro lado, ainda segundo a mesma fonte, devido às perdas de sementeiras e ao transplante das mudas, provocadas pelas chuvas registradas no mês de março, pode vir outra vez a se verificar, dependendo da extensão desta ocorrência (embora aparentemente a situação não seja tão grave), certo atraso no plantio e, por conseguinte, na colheita, ocasionando nova coincidência de safras.

Como a cebola vem apresentando forte sazonalidade de oferta, alternando-se períodos de excesso de produto no mercado, decorrentes quase sempre de coincidências de safras, com outros de escassez, provocados em grande parte por movimentos especulativos de retenção de estoques, seus preços também têm registrado oscilações bruscas e acentuadas, de modo que, ou os produtores não conseguem cobrir sequer seus custos de produção, ou os consumidores são obrigados a pagar preços exorbitantes. Para atenuar estas oscilações de preços e melhorar a distribuição das safras, nem sempre coincidentes em virtude de problemas climáticos, seria necessário implementar, de fato, o **Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Cebola: 1986/90**, tanto no que se refere aos limites de área a ser plantada e financiada[6], como ao cronograma de liberação dos financiamentos a ser adotado pelos bancos e outras instituições de crédito rural.

5 Por exemplo, no ano passado, em virtude dos baixos preços praticados, a comercialização da safra nordestina foi bastante problemática, tanto que, aguardando o cumprimento da promessa do governo de adquirir o excedente da safra, muitos produtores deixaram de comercializar no mercado consideráveis quantidades de cebola, que se perderam ainda nas lavouras.

6 A propósito, em **Santa Catarina**, o limite de área, fixado neste Plano em 14 mil ha, vem sendo, em muito, ultrapassado.

AVICULTURA

No mercado interno brasileiro, a deterioração dos salários reais e a fase atual do ciclo pecuário, em pleno ***vale****, inibem a expansão da atividade avícola. O mercado externo foi, em passado não tão distante, uma opção atraente. A política de incentivo à exportação, ora vigente nos* ***EUA*** *e na* ***França****, dificulta, entretanto, o recurso àquela alternativa.*

A consolidação dos dados das exportações brasileiras de carne de aves, em 1987, confirmou as previsões pessimistas dos empresários ligados à atividade. Venderam-se tão-somente 213,8 mil t do produto, que configuraram a pior performance dos últimos sete anos. A razão para esta queda se encontra no acirramento da concorrência mundial (provocado pelas vendas dos **EUA**) e no aumento de 8% registrado na produção do **Oriente Médio**, em relação a 1986.

O aumento de 9,8% verificado na produção norte-americana, entre 1986 e 1987, não teria maior influência sobre o comércio mundial do produto, caso o consumo interno daquele país tivesse evoluído de forma semelhante (ver Quadro 05). No entanto, a relação entre o consumo interno e a produção, que fôra de 97% no período 1983/85, caiu um ponto percentual já em 1986, mantendo-se assim no ano passado, o que acarretou a formação de um **superávit** da ordem de 405 mil t. Tal fato adveio de os avicultores daquele país terem superestimado o avanço do consumo de seu produto, a partir da alteração dos hábitos registrada na atual década, com a tendência à ingestão de alimentos com baixo teor de lipídios.

Assim, ao mesmo tempo em que a oferta de carne avícola nos **EUA** tendia ao aumento, os produtores de carnes bovina e suína preparavam-se para um **contra-ataque**, na tentativa de recapturar pelo menos parte de seu mercado consumidor. Além do mais, a lucratividade da exploração avícola apresentou queda considerável no início de 1987: enquanto a relação de preços frango/ração nos **EUA** aumentara de 3,08, em 1985, para 3,69 em 1986, no ano passado ela voltou para 3,08, prejudicando os ganhos que os criadores obtinham no arraçoamento e que eram comumente direcionados a gastos com o processamento e a publicidade de seus produtos finais (ver Gráfico 01).

QUADRO 05 – EUA – PRODUÇÃO E CONSUMO DE CARNE DE AVES – 1983 A 1987[1]
(em mil t)

ITEM	ANO				
	1983	1984	1985	1986	1987
PRODUÇÃO	7.151	7.427	7.865	8.263	9.069
CONSUMO	6.955	7.223	7.628	7.967	8.664
CONSUMO/PRODUÇÃO	97%	97%	97%	96%	96%

FONTE – USDA.
[1] Estimativa.

Deste modo, quando os **EUA** buscaram incentivar suas exportações de carne de aves, em um mercado caracterizado pela ausência de regulamentações, os resultados foram positivos. Afinal, o elevado **déficit** comercial, com o qual aquele país se debate, não só aponta para uma maior agressividade em sua política exportadora, como também termina por alimentar este processo, ao provocar perda do poder de compra do dólar nos principais mercados internacionais.

A inclusão da carne de aves no programa de subsídios denominado **EEP** (ver **Agroanalysis**, volume 12, número 1, de janeiro de 1988) foi conseqüência natural das particularidades deste comércio, no qual desponta o produto de origem francesa, profundamente amparado por incentivos governamentais.

De janeiro a dezembro de 1987, os **EUA** venderam ao exterior 340,9 mil t de carne de frango e 15 mil t de carne de peru, respectivamente 33% e 24% a mais do que em 1986. Na competição pelos mercados, os avanços obtidos foram especialmente acentuados nos casos do **Egito** e do **Iraque**, países em que a presença do produto norte-americano era praticamente inexistente em 1985, e que, em 1987, adquiriram 55% de suas importações totais nos **EUA** (ver Quadro 06).

Em termos globais, segundo o **USDA**, no ano passado, as vendas mundiais de carne de aves[1] foram de

1 Excluindo-se o comércio dentro da **CEE**.

1,4 milhão de t, das quais 26% provenientes dos **EUA**, 17% da **França**[1] e, 15% do **Brasil** enquanto que, em 1986, esses percentuais foram respectivamente, de 21%, 19% e 17%.

No caso da **França**, suas vendas para fora da **CEE** alcançaram 241,8 mil t em 1987, praticamente o mesmo total do ano anterior. Este desempenho invejável, em uma fase de acirramento da concorrência, obviamente respaldou-se no subsídio considerável de que dispõe o produto francês e que, a exemplo do norte-americano, representou mais do que obtiveram os exportadores brasileiros com o programa de venda do milho, detido pelo governo com preço de paridade internacional, e com o subsídio representado pelo **Decreto-lei** nº 2.324, de 30/03/87[2].

É possível que a situação deste comércio ao longo de 1988 permaneça indefinida, atuando, neste sentido, fatores provenientes de cada um dos países em pauta. De fato, em termos de produção mundial de carne de aves, o **USDA** previu que ela se elevará em 3,9%, comparativamente ao ano passado, chegando a 30,1 milhões de t. Como o consumo deverá alcançar 29,8 milhões de t, 4,3% a mais do que em 1987, o **superávit** de 392 mil t será menor do que as 487 mil então verificadas. Em conseqüência, aquele Departamento prevê que o movimento do comércio internacional (aí incluídas as transações dentro da **CEE**) seja 1,6% inferior às 1,95 milhão de t registradas no ano passado.

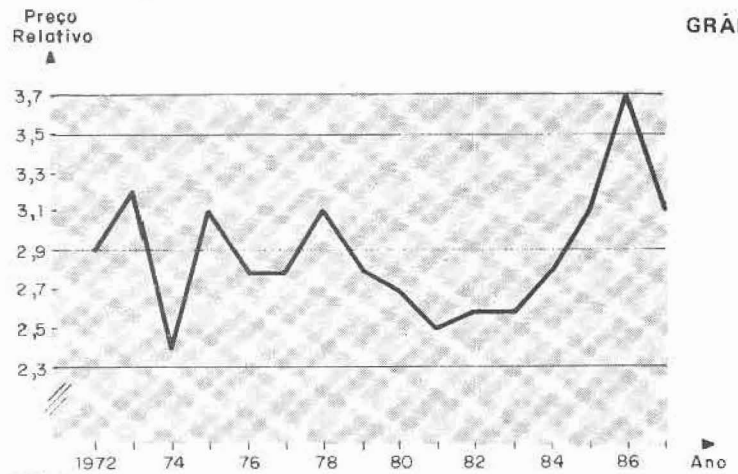
No que se refere às exportações norte-americanas propriamente ditas, o **USDA** prevê que venham a ser 11% inferiores às do ano passado, situando-se em 318 mil t, uma vez que o crescimento interno da produção deverá ser inferior ao do consumo.

Caso isto ocorra, os exportadores brasileiros sentirão algum alívio por parte da concorrência do produto norte-americano, mas permanecerá a pressão da produção da **França**. Isto porque o **USDA** previu que a produção deste último país aumentará 2,8% no presente exercício, enquanto o consumo interno deverá ficar estagnado, gerando **superávit** recorde de 350 mil t. Além do mais, os países da **CEE**, excluída a **França** (adquirentes de 30% das exportações francesas nos dois últimos anos) vêm aumentando suas produções de carne de aves e, automaticamente, diminuindo as aquisições da **França** (entre 1986 e 1987, suas compras diminuíram 3,3%).

Os produtores de carne avícola, muito provavelmente, não disporão de nenhuma válvula de escape, no que se refere ao nível do consumo interno, para aliviar eventuais estrangulamentos no mercado externo. O fato de se estar em plena fase de **vale** dos preços da carne bovina, dentro da evolução tradicional do ciclo pecuário, e o processo de **arrocho salarial**, associado ao temor de aprofundamento da **recessão** econômica, não sugerem quaisquer perspectivas de aumento da ingestão de carne avícola, no país. Além do mais, a menor disponibilidade de milho, no atual exercício, certamente pressionará para cima os custos dos criadores,[3] colocando o preço do produto final em rota de colisão com os orçamentos domésticos debilitados.

EUA – PREÇOS RELATIVOS ANUAIS FRANGO/RAÇÃO[1] 1972-87

GRÁFICO 02



FONTE – USDA.

[1] **Libras-pesos de ração de crescimento para frango, equivalentes em valor a uma libra-peso de frango, peso vivo.**

QUADRO 06 – BRASIL E EUA – VENDAS DE CARNE DE AVES AO EGITO E AO IRAQUE – 1985 A 1987 (em t)

ORIGEM	DESTINO	
	EGITO	IRAQUE
Brasil		
1985	50.019	65.629
1986	5.454	24.985
1987	–	13.333
EUA		
1985	6.198	–
1986	27.575	–
1987	26.527	58.479

FONTE – USDA e Abef.

2 Segundo estudo encomendado pela **Abef** em 1987, o subsídio total brasileiro era de 5 a 7% do preço **Fob** de exportação, enquanto o norte-americano e o francês atingiram 60%.

3 Muito embora o governo esteja estudando a aprovação de um plano de subsídio ao preço do milho com os mesmos objetivos do **Programa de Venda de Milho a Preços de Paridade Internacional**, executado em 1987.



A POLÍTICA ARROZEIRA DA COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA
XXX REUNIÃO DO GRUPO INTERGOVERNAMENTAL DO ARROZ DA FAO

*Quanto ao comércio internacional dos três cereais básicos na alimentação humana, arroz, milho e trigo, o arroz se diferencia por duas características: a baixa relação entre produção e exportação (esta representa apenas 2,5% da produção mundial) e o fato de que dentre os cinco principais exportadores, três – **EUA, Paquistão** e os países da **Comunidade Econômica Européia** como um todo – não figuram sequer na lista dos principais produtores mundiais. O **Brasil**, que figura como nono entre os maiores produtores, normalmente tem participação marginal no mercado internacional. A importância dos dois novos membros da **CEE, Espanha** e **Portugal** no que se refere à potencialidade de a **CEE** avançar no mercado internacional do arroz, quando o **Brasil** pretende expandir sua participação, aumenta o interesse em se acompanhar a **Política Agrícola Comum** relativa ao produto.*

Desde o último exame da política arrozeira da **Comunidade**, feito pelo **Grupo Intergovernamental do Arroz**, da **Fao**, em 1982, o acontecimento mais importante foi o ingresso de **Portugal** e **Espanha** na **CEE**, em 1º de janeiro de 1986. Ambos são produtores de arroz e sua entrada aumentará consideravelmente a produção da **Comunidade**. A outra grande novidade, desde então, foi a diminuição do ritmo de crescimento dos preços do arroz na **CEE**, a tal ponto que não se prevê nenhum aumento nos preços indicativos para 1986/87, o que constitui o primeiro **congelamento** ocorrido desde 1970/71.

A partir de 1982, a produção de arroz em casca da **CEE (10)**[NT], tem sido, em média de 1,2 milhão de t, quantidade apenas ligeiramente superior à dos últimos anos da década de 70. Os limitados incrementos da produção se deveram unicamente ao aumento do rendimento físico que é, atualmente, de quase 6.000 kg/ha, em média. O crescimento reduzido da produção não tem permitido manter o mesmo ritmo de expansão do consumo que, com um aumento global de 3% ao ano, cresceu mais no caso do arroz **Indica** de grão longo, tipo que não se produz na **Comunidade**. Em conseqüência, as importações de arroz procedente de terceiros países, ainda que variem de um ano a outro, têm sido ligeiramente inferiores a 600 mil t anuais, em média quase 200 mil t a mais do que em meados dos anos setenta.

Embora a **Comunidade** continue sendo um importador líquido de arroz, suas exportações superaram as 400 mil t, em comparação com pouco mais de 200 mil t que se exportaram em meados da década passada. Destas, aproximadamente 1/3 foi exportado como ajuda alimentar e o resto foram vendas comerciais realizadas, em grande parte, graças às **reintegrações** à exportação.

O aumento registrado a partir de 1982 nos preços oficiais da CEE, embora cada vez menor, coincidiu com uma brusca diminuição dos preços mundiais. Como resultado, cresceu a diferença entre os preços da **CEE** e os preços internacionais e se registraram consideráveis aumentos, tanto nos impostos de importação, como nas **reintegrações** das exportações. Em 1985/86, os impostos de importação sobre o arroz de grão longo haviam aumentado até 675 **ECU**/t[NT], enquanto as **reintegrações** de exportação do arroz de grão longo subiram a 286 **ECU**/t (US$ 355/t). Devido a maior competição que se registrou em 1986 nos mercados mundiais do arroz, o nível das **reintegrações** aumentou muito durante o ano – 27% em **ECU** e 44% em dólares. Como os impostos de importação sobre o arroz beneficiado são cada vez mais altos, no que diz respeito aos que gravam o arroz sem casca, as importações da **Comunidade** continuam sendo efetuadas sobretudo na forma de arroz descascado, para beneficiamento posterior na CEE.

NT Antes do ingresso de **Portugal** e **Espanha**, a **Comunidade Econômica Européia** era constituída por dez países.

NT **European Commodity Unity**, padrão monetário para transações na **Comunidade Econômica Européia**.

Novidades nos preços do arroz da Comunidade

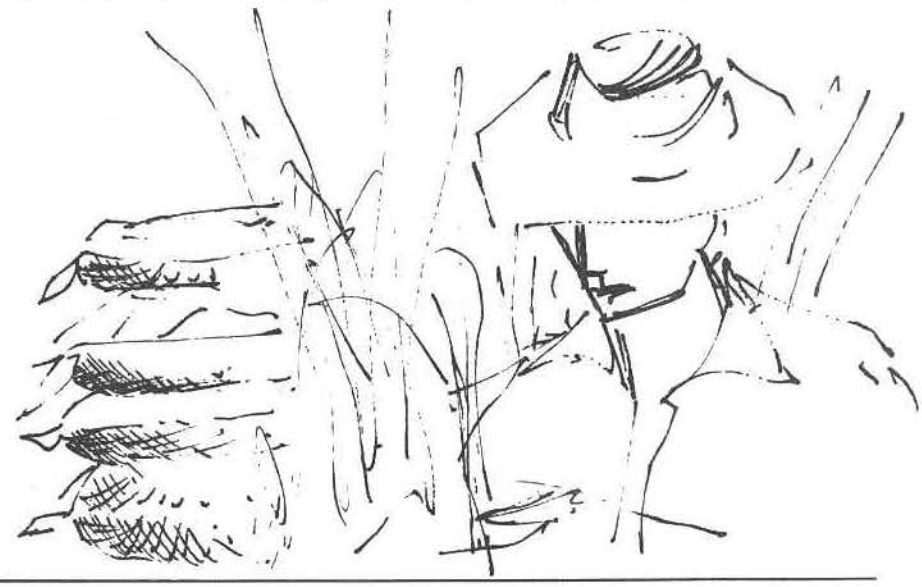
O mercado comum arrozeiro da **CEE** continua sendo regulado mediante um sistema de preços indicativos e preços-pisos[1] fixados em **ECU**, a unidade monetária européia que se baseia em um grupo de moedas. Após um período de incrementos relativamente rápidos, nos últimos anos os preços oficiais aumentaram muito pouco. Assim, entre 1980/81 e 1983/84, os preços de intervenção, os preços-pisos e os preços indicativos aumentaram 31%, 29% e 28%, respectivamente, enquanto, de 1983/84 a 1986/87, aumentaram 2%, 9% e 5% (ver Quadro 07). Esta grande diminuição do ritmo de aumento dos preços manifestou-se mesmo quando se calcularam os preços nas moedas nacionais, aplicando-lhes as correspondentes taxas de câmbio "verdes".[2]

Como a **Comunidade** é um importador líquido de arroz, os preços, tanto ao produtor quanto ao consumidor, tendem a ser mais afetados pelo nível dos preços-pisos e dos impostos de importação, do que pelo preço mínimo de intervenção para a produção. Efetivamente, a quantidade objeto da intervenção sempre foi insignificante e, em razão do aumento considerável da diferença entre os preços-pisos e os preços de intervenção, que se verificou em princípios da década de 70, os preços de mercado foram sempre superiores – em geral, muito superiores – aos níveis de intervenção (ver Quadro 07). Sem dúvida, o aumento da diferença entre os preços-pisos e os preços de intervenção – de 19% em 1970/71 para aproximadamente 35 a 37% nos últimos anos – nem sempre deu margem a preços de mercado elevados, como se pôde ver em 1982/83 e 1984/85, quando os preços de mercado na **Itália** ultrapassaram o nível dos preços de intervenção apenas em 12% e 16%, respectivamente.

Em que pese o **bloqueio** dos preços oficiais, ocorrido no ano passado, ou nos últimos dois anos, seu nível continua alto, em comparação com os preços mundiais. Assim, ao câmbio de 1985/86, o equivalente em dólares do preço de intervenção da **CEE** para o arroz em casca foi de US$ 301/t, enquanto o preço-piso para o arroz beneficiado (o grosso das importações da **CEE** é de arroz sem casca, para elaboração final na **Comunidade**, como exposto adiante) foi de US$ 511/t e o preço-piso para o arroz beneficiado de grão longo foi de US$ 748/t. Embora não seja possível fazer comparações exatas entre os preços, os aqui indicados são muito superiores aos dos mercados mundiais.

Produção

Desde o último exame do **Grupo Intergovernamental do Arroz**, em 1982, a produção de arroz em casca da **CEE (10)** tem sido inferior a 1,2 milhão de t anuais, em média, nível ligeiramente superior ao obtido nos últimos anos da década de 70 e muito acima do mau resultado de 1981. Embora a área produtiva varie de um ano a outro até 5%, não se pode asseverar que o crescimento limitado registrado na produção se deva a um ligeiro incremento no rendimento físico das lavouras. Este, em uma safra favorável, pode ultrapassar os 6.000 kg/ha, mas se as condições atmosféricas não forem boas, pode reduzir-se a 4.000 kg/ha, como, por exemplo, ocorreu em 1977.



1 Fixa-se um só preço de intervenção para o arroz em casca de **Vercelli**, cujo centro de intervenção está disposto a absorver todo o excedente de arroz em casca. O preço indicativo (preço que a **Comunidade** deseja alcançar no mercado da zona deficitária da **CEE**) é obtido pelo seguinte procedimento: a) soma-se ao **preço de intervenção** um componente de mercado para o arroz em casca e os custos de transformação em arroz descascado, menos o valor dos subprodutos; b) reduz-se este resultado do valor do arroz descascado; e c) somam-se os custos de transporte desde **Vercelli** até **Duisburgo** (zona com maior déficit arrozeiro da **CEE**). O preço-piso para o arroz descascado deriva do preço indicativo, deduzindo os custos de transporte (**Roterdã-Duisburgo**) e um componente que representa a margem comercial e os custos de transbordo em Roterdã.

2 As taxas de câmbio "verdes" são de conversão dos preços oficiais expressos em **ECU** às moedas nacionais; geralmente, fixam-se simultaneamente aos preços oficiais.

QUADRO 07 - ARROZ - PREÇOS MÉDIOS NA CEE - ANOS COMERCIAIS (SETEMBRO/AGOSTO) DE 1972/73 A 1986/87
(Em ECU/t)

PREÇOS	1972/73 1974/75 (média)	1975/76 1977/78 (média)	1978/79 1980/81 (média)	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87
Preço de intervenção (arroz em casca)	168,8	209,4	233,5	274,4	306,9	323,8	332,1	332,1	332,1
Preço médio de mercado (arroz em casca)	196,8[3]	253,3	301,9	338,7	343,6	401,0	386,0	336,4[4]	...
Relação preço de mercado/ preço de intervenção	1,17	1,21	1,29	1,23	1,12	1,24	1,16	1,01	...
Preço indicativo (arroz sem casca)[1]	274,0	353,7	400,1	469,2	517,1	544,7	561,8	570,7	570,7
Preço-piso[2]									
grão curto (arroz sem casca)	269,3	348,6	394,0	462,4	510,9	538,2	556,0	564,0	564,0
grão longo (arroz sem casca)	293,5	373,0	406,1	462,4	510,9	538,2	556,0	564,0	564,0
grão curto (beneficiado)	352,5	463,9	522,3	609,7	673,6	711,9	736,4	749,5	745,5
grão longo (beneficiado)	413,5	535,3	584,7	667,9	739,8	781,9	809,5	824,1	824,1
arroz quebrado	163,7	215,7	244,3	276,7	301,4	314,8	321,1	325,1	325,1
Incrementos Mensais									
arroz em casca	1,53	2,12	2,23	2,77	3,02	3,19	3,30	3,30	3,30
arroz sem casca	1,91	2,65	2,79	3,46	3,77	3,98	4,12	4,12	4,12
arroz beneficiado: curto	2,46	3,42	3,60	4,46	4,86	5,14	5,32	5,32	5,32
longo	2,78	3,85	4,04	5,01	5,46	5,77	5,97	5,97	5,97

FONTE - Fao.
[1] Incluídos os aumentos mensais para os dez meses de outubro a julho;
[2] arroz em casca de grão curto (Batilla) na Itália. Desde 1985/86.
[3] somente dois anos;
[4] média de oito meses.

A relativa estabilidade da produção da **Comunidade** no último decênio se deve, provavelmente, a se ter registrado uma tendência mínima à queda dos preços, em termos reais, enquanto a produtividade das plantações foi aumentando. Deste modo, os preços de intervenção de 1985/86, expressos em liras italianas e deflacionados mediante a aplicação do índice de custo de vida foram iguais aos de 1976/77, enquanto os preços de mercado corrigidos (excluindo-se os anos de relativa escassez, como 1977/78) registraram apenas leve tendência baixista, devido, principalmente, aos preços relativamente reduzidos de 1985/86.

Até a adesão da **Espanha** e de **Portugal**, quase 90% da produção da CEE procediam da **Itália**. Na **França** e na **Grécia**, onde, em 1981, a produção atingiu seu mais baixo patamar, houve, nos últimos anos, uma recuperação que permitiu alcançar o mesmo nível logrado nos primeiros anos da década de 70. No primeiro ano após a entrada de **Portugal** e **Espanha**, estima-se que a produção conjunta da CEE tenha atingido 1,9 milhão de t de arroz em casca, sendo 60% produzidos na **Itália**, 24% na **Espanha** e os 16% restantes na **França**, **Grécia** e **Portugal**.

Consumo

O consumo **per capita** de arroz na **Comunidade** é insignificante, em comparação com outros alimentos básicos ricos em fécula, como o pão e a batata: 3 kg, 84 kg e 78 kg, respectivamente. Sem dúvida, o consumo total tem aumentado, apesar de não ter refletido a recente diminuição dos preços mundiais. Segundo as estatísticas da CEE, o consumo humano de arroz beneficiado cresceu de 730 mil t em 1972/73 - 1974/75, para 940 mil t em 1981/82 - 1983/84, o que significa aumento anual de quase 3%. As outras formas de utilização absorveram, no total, entre 160 mil e 200 mil t por ano, principalmente o arroz quebrado, empregado como ração e em alguns usos industriais.

O aumento do consumo do arroz tem sido particularmente rápido na **Bélgica/Luxemburgo**, **Dinamarca**, **França** e **Irlanda**. Houve aumento de

2 a 3% ao ano também na **Itália** e no **Reino Unido** e o único país-membro da **CEE** em que diminuiu o consumo foi a **Grécia.** Os mercados que cresceram em ritmo mais rápido foram aqueles em que se deu preferência ao arroz de grão longo, em particular ao tipo **Indica,** importado sobretudo de países como os **EUA** e a **Tailândia.**

Aumento das importações

A combinação de consumo crescente com um nível de produção praticamente constante tem dado lugar a um grande aumento das importações de terceiros países. Em meados dos anos setenta, tais importações totalizavam, em média, pouco menos de 400 mil t anuais, mas em 1982-85 ampliaram-se, alcançando a média de 600 mil t/ano. Com a entrada de **Portugal** e **Espanha,** calculam-se as importações de 1986 em 780 mil t, sendo 130 mil t efetuadas pelos novos países-membros. Os principais países de origem foram a **Tailândia** e os **EUA** e, em menor medida, o **Suriname.** O grosso das importações da **Comunidade** procede de países que produzem arroz **Indica** de grão longo, tipo a que se está dando preferência em alguns dos mercados da **CEE** que crescem mais rapidamente.

Outra característica da estrutura das importações da **Comunidade** é a preponderância do arroz apenas descascado (2/3 do total, em 1983-85); as importações de arroz totalmente beneficiado são muito inferiores (15%, no mesmo período). O motivo de se importar quantidade tão grande de arroz descascado é que a estrutura dos impostos de importação favorece a importação do produto semibeneficiado. Em 1985/86, os impostos à importação do arroz beneficiado de grão longo foram mais altos do que os que incidiram sobre o arroz sem casca de grão longo, chegando a 285 **ECU**/t (US$ 258,00/t). Em comparação, a diferença que se estabeleceu, na mesma época, nos preços de exportação da **Tailândia** foi de apenas US$ 5/t, e nos dos **EUA,** de US$ 50/t. Além disso, aumentou a diferença entre os impostos sobre o arroz beneficiado e sobre o descascado. Em 1980/81, por exemplo, essa diferença foi de 140 **ECU**/t (US$ 169/t).

A diminuição dos preços mundiais do arroz, ocorrida desde 1981, juntamente com o aumento dos preços-piso, deu lugar a um aumento considerável e constante dos impostos de importação da **CEE,** que se calculam como a diferença entre o preço-piso e uma estimativa do preço mundial corrente das exportações de terceiros países. Desde 1980/81, os impostos de importação incidentes sobre o arroz beneficiado de grão longo aumentaram, passando de 169 **ECU**/t (US$ 204) para US$ 674 **ECU**/t (US$ 611), em 1985/86. No mesmo período, os impostos de importação sobre o descascado de grão longo aumentaram de 29 **ECU**/t e um incremento análogo se verificou nos impostos do arroz com casca.

Em 1985/86, os impostos de importação sobre o arroz beneficiado de grão longo equivaleram a 82% do preço-piso correspondente, em outras palavras, o imposto de importação foi igual a 450% do "preço mundial", segundo estimativa da **Comissão.** Embora a **CEE** não publique suas estimativas do preço mundial do arroz, pode-se ter uma idéia aproximada de seu nível com o seguinte cálculo: para 1985/86, o preço-

QUADRO 08 – ARROZ – IMPOSTOS VIGENTES NA CEE SOBRE AS IMPORTAÇÕES DE TERCEIROS PAÍSES – 1972/73 A 1985/86
(Em ECU[1]/t)

ANO	ARROZ EM CASCA		ARROZ SEM CASCA		ARROZ BENEFICIADO		ARROZ QUEBRADO	TAXA DE CÂMBIO US$/ECU	IMPOSTOS COMO PERCENTAGEM DO PREÇO-PISO	
	Curto	Longo	Curto	Longo	Curto	Longo			Longo s/casca	Longo beneficiado
1972/73-1974/75	25,6	23,4	33,0	29,3	37,9	100,1	13,6	1,243	9	24
1975/76-1977/78	82,2	108,7	102,6	134,7	168,9	271,2	54,0	1,172	36	51
1978/79	96,3	123,9	120,3	154,9	176,8	303,3	58,9	1,346	39	53
1979/80	74,4	102,4	92,9	127,9	199,2	284,1	41,5	1,406	32	49
1980/81	23,3	23,5	29,1	29,4	57,8	168,5	7,7	1,212	7	28
1981/82	108,4	112,6	135,5	140,8	198,1	317,3	37,7	1,031	30	48
1982/83	170,0	168,8	212,6	210,9	335,5	442,9	64,8	0,921	41	60
1983/84	145,1	170,1	181,4	212,6	320,7	455,9	50,8	0,825	40	58
1984/85	223,7	227,6	279,6	284,4	323,2	539,8	62,0	0,720	51	67
1985/86	306,1	311,9	382,6	388,8	489,6	674,0	159,5	0,907	69	82

FONTE – Fao.

[1] unidade agrícola de cálculo **1972-1977/78, convertida em** ECU, **multiplicando-se por 1,21 cada** UAC, **na data da conversão em** ECU.

piso do arroz beneficiado de grão longo foi de 824 **ECU** e o imposto de importação de 674 **ECU**. Desta forma, o "preço mundial" implícito pode ser calculado como sendo a diferença entre as cifras, ou seja, *824 – 674 = 150 ECU/t* (US$ 136,00/t).

Exportações

Nos últimos anos, também aumentou ligeiramente o total das exportações de arroz para terceiros países: em 1982-85, verificou-se a média de 370 mil t, enquanto em meados dos anos setenta, a média era de 280 mil t. O aumento se deveu, em parte, a um incremento dos envios de ajuda alimentar de pouco mais de 40 mil t, em 1977, para 110 mil t em 1982-85. Estima-se que, em 1986, as exportações da **CEE** (com doze países) elevaram-se a 530 mil t, das quais 60 mil t procediam dos novos países-membros. A ajuda alimentar foi elevada também em 1986: nos primeiros seis meses do ano já havia ultrapassado a quantidade total enviada em 1985. Estima-se que, nos últimos anos, as exportações comerciais oscilaram entre 175 mil t e 345 mil t, total que inclui tanto as exportações de arroz produzido na **Comunidade**, quanto as reexportações do arroz importado nos termos do **plano de beneficiamento interno**. Este último constitui um acordo em virtude do qual as importações do arroz em casca ou do descascado podem efetuar-se sem pagar o imposto de importação, exportando em troca uma quantidade equivalente de arroz beneficiado sem cobrar a **reintegração** à exportação. Infelizmente, não se dispõe de dados sobre as quantidades objeto de tais operações.

Há outras exportações comerciais a que se podem aplicar as **reintegrações** à exportação, que são determinadas de duas maneiras. Algumas são determinadas diretamente pela **Comissão** e outras mediante leilões. O primeiro sistema é aplicado sobretudo nas operações comerciais efetuadas com países como a **Áustria** e a **Suíça** e, ocasionalmente, também a exportação para outros mercados. Como conseqüência da diminuição dos preços mundiais, registrada desde 1981, o nível das **reintegrações** à exportação estabelecido mediante o método direto aumentou muito: as que são aplicadas às exportações para as principais destinações (fora a **Áustria** e a **Suíça**, para quem se fixam as **reintegrações** em separado) aumentaram em 1985/86 para 256 **ECU**/t (US$ 232), em média, frente aos 67 **ECU**/t de 1982/83. Ao longo de 1986, o nível das **reintegrações** à exportação aumentou consideravelmente em razão da maior competição nos mercados de terceiros países. As **reintegrações** do arroz beneficiado de grão longo para os principais destinos aumentou de 280 **ECU**/t em janeiro (US$ 250) para 355 **ECU**/t em novembro (US$ 360).

Falta informação quanto ao nível das **reintegrações** estabelecidas através de leilões, mas se dispõe de dados sobre a quantidade total das **reintegrações** de ambos os tipos. Em 1972-85, em média, elas ascenderam a pouco mais de 50 milhões de **ECU**/ano, o que permitiu que os preços de exportação da **CEE** diminuíssem, da média de US$ 540/t em 1981, para US$ 400/t, aproximadamente, no período 1983-85.

Como conseqüência das mudanças produzidas na estrutura das importações e exportações, entre 1982 e 1985, as importações líquidas da **CEE** se elevaram a 230 mil t anuais, em média, quantidade próxima do nível alcançado em meados dos anos setenta, mas muito superior ao de 1978-80. Simultaneamente, houve aumento do comércio arrozeiro intracomunitário, que superou ligeiramente as 500 mil t anuais no período 1982-86, em comparação com o nível de 400 mil t, aproximadamente, de fins dos anos setenta. Em razão da adesão da **Espanha** e de **Portugal**, prevê-se uma nova ampliação do comércio de arroz entre os países da **CEE**.

A adesão da Espanha e Portugal, em 1986

Uma importante novidade a afetar o setor arrozeiro da **CEE** foi a entrada de **Portugal**, país importador de arroz, e da **Espanha**, exportador líquido secundário, em primeiro de janeiro de 1986. Aos dois países se concedeu uma prorrogação de dois meses, a partir da data de ingresso, para aplicarem a política agrícola comum, de maneira que as medidas acertadas nos **Tratados de Adesão**, para o **Setor Agrícola**, começaram a se efetivar em 1º de março de 1986.

A **Espanha** é o segundo produtor de arroz em casca da **CEE**, com produção média de 400 mil t por ano, quase inteiramente de grão curto. Em virtude do que estipula o **Tratado de Adesão**, os preços de intervenção da **Espanha** para o arroz irão se ajustando gradualmente aos da **CEE**, durante um período de sete anos (1986-92). Nesta fase de transição, o comércio do arroz com o exterior está sujeito ao estabelecimento de quantidades compensatórias pela adesão, que corresponderão à diferença entre os preços de intervenção espanhóis e os da **CEE**. Como os primeiros preços serão inferiores a estes últimos, as quantidades compensatórias atuarão como imposto sobre as importações do arroz espanhol na **Comunidade** e como subvenção para as exportações de arroz da **CEE** para a **Espanha**. Além disso, as importações de arroz procedentes de terceiros países estarão sujeitas aos impostos de importação da **CEE**, variáveis, menos as quantidades compensatórias, enquanto as exportações espanholas para terceiros países terão direito às **reintegrações** à

exportação da **CEE**, menos as quantidades compensatórias.

Embora seja demasiado cedo para avaliar em sua totalidade as conseqüências para o setor arrozeiro da entrada da **Espanha** na **CEE**, podem ser formuladas algumas observações preliminares. Em primeiro lugar, dado que antes do ingresso espanhol na **Comunidade**, seus preços de intervenção eram consideravelmente inferiores aos da **CEE**, nos próximos anos registrarão incrementos notáveis, ainda que a **CEE** continue **congelando** seus preços. Para 1986/87, o aumento dos preços de intervenção da **Espanha** foi de 10%. Sem dúvida, como em 1985, os preços ao produtor e de mercado na **Espanha** estiveram muito superiores aos níveis de intervenção, não se prevê que o efeito do aumento dos preços de sustentação dê lugar, por si só, à ampliação da área dedicada ao arroz, ainda que, em 1986, a supressão das restrições à área possa ter fomentado a produção.

Apesar de os preços de mercado do arroz em casca terem sido muito inferiores aos de outros países da **CEE**, a quantidade compensatória relativamente alta de 123 e 138 **ECU**/t (para o arroz beneficiado de grão curto e o de grão longo, respectivamente) que atuará como imposto sobre as exportações da **Espanha** para a **CEE**, impedirá que os produtos espanhóis mais baratos venham a competir com êxito no mercado da **Comunidade**. Analogamente, as importações da **Espanha** procedentes da **CEE** ou de terceiros países serão demasiado caras no mercado espanhol.

Como a **CEE** é importadora líquida de arroz de grão longo, as forças de mercado podem incentivar um aumento da produção deste tipo na **Espanha**. Com efeito, seu cultivo já se iniciou na região de Sevilha. As vendas a terceiros países poderão efetuar-se também com a ajuda das **reintegrações** à exportação, mas sempre tendo em conta que as que os exportadores espanhóis receberão serão inicialmente de 123 a 138 **ECU**/t, ou seja, superiores às concedidas aos demais exportadores da **CEE**. Como a quantidade compensatória será reduzida gradualmente ao longo do período de transição de sete anos, é possível que a **Espanha** tenha mais oportunidades de acesso tanto aos mercados europeus, quanto aos de terceiros países.

Em resumo, prevê-se um ligeiro aumento da produção de arroz, especialmente do de grão longo. A curto prazo, as exportações continuarão sendo limitadas, mas poderão aumentar no médio prazo com a redução da quantidade compensatória, em especial se for concedida prioridade à produção do grão longo, que poderá ser exportado aos países do norte da **CEE**. As exportações para países não pertencentes à **Comunidade** ver-se-ão obstaculizadas pelo estabelecimento de quantidades compensatórias relativamente altas, cujo valor será subtraído das **reintegrações** à exportação da **CEE**. Não se espera que o consumo de arroz na **Espanha** se modifique significativamente.

Os acordos provisórios estabelecidos com **Portugal** são diferentes. No caso do arroz, como nos de outros cereais, previu-se uma fase transitória de dez anos, dividida em um primeiro período de cinco anos (que pode se reduzir a três) e outro igualmente de cinco anos (ou de sete). Na primeira fase, **Portugal** manterá basicamente seu sistema atual de organização do mercado e de preços de sustentação. A mudança prevista na primeira fase é que o monopólio das importações de cereais, detido pela organização estatal para os cereais, a **Empresa Pública de Abastecimento de Cereais (Epac)**, reduzir-se-á em 20% ao ano, de modo que, em 1990, a totalidade das importações portuguesas passará ao setor privado. Enquanto sobre as importações da **Epac** não incide nenhum imposto, as que serão efetuadas pelos comerciantes particulares estarão submetidas a impostos de importação variáveis (equivalentes à diferença entre o preço-piso e o preço **Cif** de importação vigente no país). Aplicar-se-ão tais impostos também ao comércio com a **CEE** e não só ao com terceiros países, embora se tenha estabelecido um fator preferencial automático para os cereais da **Comunidade**, incluído o arroz, de 5 **ECU**/t (e também um fator de correção que representa a diferença entre os preços da **CEE** e os preços mundiais). Além disso, durante a primeira fase de transição, **Portugal**, ver-se-á obrigado a efetuar 15% de suas importações de cereais (incluídas as de arroz) na **CEE**. As exportações de **Portugal** para os países da **Comunidade** estarão submetidas aos impostos de importação comunitários normais, ajustados para levarem em consideração qualquer **realinhamento** de preços que se possa verificar. **Portugal** poderá conceder auxílios à exportação de tais produtos com a condição de que a subvenção não supere a diferença entre os preços portugueses e os da **CEE**. Mesmo assim, as exportações para terceiros países terão direito a receber subsídios financiados pelo governo português.

Na segunda fase da transição, os preços portugueses serão alinhados aos preços comunitários e, só então, aplicar-se-ão os preços-pisos, os impostos de importação, as **reintegrações** à exportação e as quantidades compensatórias pela adesão à **CEE**. Na primeira fase, antes que seja necessário aumentar os preços até os níveis da **CEE**, não se esperam alterações importantes, nem na produção, nem no consumo do arroz. Provavelmente, o efeito principal da primeira fase de transição sobre o setor arrozeiro manifestar-se-á na estrutura comercial, favorecendo as importações da **Comunidade Econômica Européia**.

*Artigo referente à **XXX Reunião do Grupo Intergovernamental do Arroz**, da **Fao**, originalmente publicado na revista **Arroz**, da **Federação Nacional dos Arrozeiros**, da **Colômbia**, **Bogotá**, maio-junho de 1987. Tradução (autorizada) de **Fernando Roberto de Freitas Almeida**, economista do **Centro de Estudos Agrícolas – Ibre/FGV**.*

CACAU

MERCADO MUNDIAL

SAFRA 1987/88 (em mil t)

Produção mundial	2.085 t
Moagem mundial	1.963 t
Estoque final	713 t (das quais 250 t no Estoque Regulador da OIC)
Variação do estoque	122 t

PARTICIPAÇÃO % DOS PRINCIPAIS PAÍSES:

Produtores (%)		**Moageiros (%)**	
Costa do Marfim	30	EUA	12
Brasil	20	Brasil	11
Malaísia	09	Rep. Fed. Al.	11
		Holanda	10
		URSS	09

PREÇOS RELEVANTES

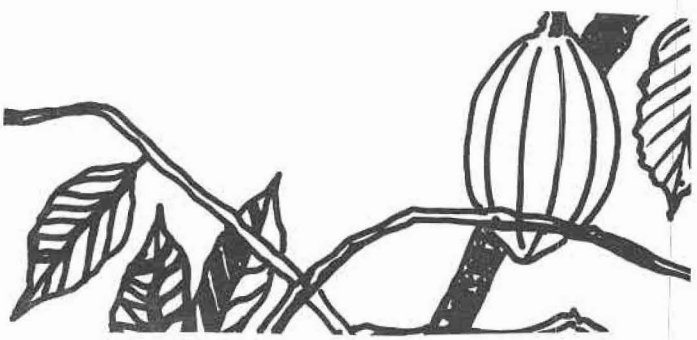
Preços de Intervenção[1]		
Superior	DES	1.485/t
Inferior	DES	1.370/t
Preço Diário da OIC (fev)	DES	1.332/t

FONTE – Gill & Duffus.
1 Em Direitos Especiais de Saque.
OBS.: 1 DES = US$ 1,36.

Pelo quarto ano consecutivo, os estoques de cacau deverão aumentar. O fato se deve a um expressivo crescimento da produção mundial (+ 7,2%), embora o consumo aparente também tenha registrado elevação (+ 3,5%). Relativamente à produção, dois fatos são surpreendentes: a recuperação da safra baiana que, estimava-se, seria atingida negativamente pela estiagem que afetou a região nos meses de outubro e novembro de 1987, e a expansão da safra malaia, que alcançou 190 mil t. Desta forma, a **Malaísia** será, no ano internacional 1987/88, o terceiro produtor mundial, ocupando o lugar que cabia tradicionalmente à Gana.

Gill & Duffus afirma, também, em seu boletim de março de 1988, que boa parte do aumento observado nas estatísticas de consumo resulta do desempenho de consumidores não tradicionais, como alguns países do **Extremo Oriente** e da **América do Sul** e decorre do baixo nível das cotações. A publicação aponta, ainda, alguns fatores que podem vir a beneficiar o mercado do lado da demanda: a retirada das barreiras tarifárias e não-tarifárias que pesam sobre as importações de produtos tropicais semiprocessados e a isenção do imposto sobre o valor adicionado que atinge, em muitos países, os produtos fabricados a partir do chocolate. A questão das barreiras tarifárias e não-tarifárias está sendo discutida no âmbito do **Gatt** e deverá beneficiar os exportadores da **América Latina** e **Ásia**, uma vez que as importações européias de cacau africano estão isentas daquelas barreiras, em decorrência do **Acordo de Lomé.**

Quanto aos preços internacionais do cacau em amêndoas, estes atingiram no primeiro trimestre de 1988 os níveis mais baixos dos últimos cinco anos. O **Acordo Internacional** de 1986 não tem criado condições que permitam reverter a situação, tendo em vista que suas possibilidades de absorver excedentes é muito limitada, face aos estoques existentes.



SUINOCULTURA

PARANÁ

Abates SIF: 285.454 cabeças
Variação em relação a um ano antes: + 14%

Preço Médio Recebido pelo Produtor: Cz$ 37,59/kg
Variação real em relação a um ano antes: – 57%

Preço relativo **suíno/milho:** 5,67
Variação relativa a um ano antes: – 47%

Informações referentes ao primeiro bimestre

FONTE – Deral/PR, FGV/Ibre/Cea.

SANTA CATARINA

Abates SIF: 651.988 cabeças
Variação em relação a um ano antes: + 25%

Preço Médio Recebido pelo Produtor: Cz$ 40,54/kg
Variação real em relação a um ano antes: – 46%

Preço relativo **suíno/milho:** 5,89
Variação relativa: 33%

Informações referentes ao primeiro bimestre

FONTE – Cepal/SC, FGV/Ibre/Cea.

RIO GRANDE DO SUL

Abates SIF: 356.251 cabeças
Variação em relação a um ano antes: + 32%

Preço Médio Recebido pelo Produtor: Cz$ 38,70/kg
Variação real em relação a um ano antes: – 52%

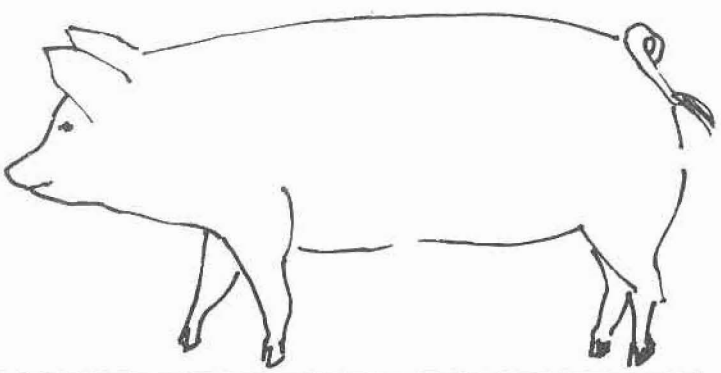
Preço relativo **suíno/milho:** 5,21
Variação real em relação a um ano antes: – 42%

Informações referentes ao primeiro bimestre
FONTE – Assoc. Produtores Produtos Suínos do RS, FGV/Ibre/Cea.

No primeiro bimestre, os abates de suínos na região Sul avançaram, comparativamente a um ano antes, situação que já se configurava desde o final do ano passado. Com isto, os criadores buscam uma futura recuperação do preço de seu produto, em queda livre ao longo de praticamente todo o ano passado, devido ao aumento da oferta, ocasionado pela expansão do plantel em 1986, à desvalorização real do preço da arroba do boi gordo e à profunda perda de poder de compra dos salários.

No período em questão, o preço médio recebido foi cerca de 50% inferior, em termos reais, tanto ao de um ano antes, quanto ao da média do primeiro bimestre dos anos de 1983 a 1986.

Da mesma forma, a lucratividade da exploração não se sustentou no período, conforme atestam os preços relativos **suíno/milho** inferiores ao **break-even point** de 6,0. Para tanto, contribuiu o fato de o mercado do milho ter variado ao sabor da política governamental de reajuste do preço mínimo em 1,2% acima da inflação oficial. As elevadas perdas registradas na safra gaúcha justificam o menor indicador ter sido observado neste estado, enquanto a predominância das integrações garantiu, como de hábito, aos produtores de Santa Catarina, posição não tão ingrata, nesta fase de maus resultados financeiros.



PREÇOS DAS TERRAS NO MEIO RURAL

BRASIL – UTILIZAÇÃO DAS TERRAS

	Ha	%
Lavouras	49.104.263	16
Pastagens	174.499.641	56
Matas e Florestas	88.167.703	28

BRASIL – VARIAÇÃO % DE ALGUNS INDICADORES DE PREÇOS

	1987	
	1º sem.	2º sem.
Arrendamentos de Terras		
Lavouras	73	93
Explorações animais	80	64
Vendas de Terras		
Lavouras	28	54
Pastagens	33	43
Preços Recebidos pelos Agricultores		
Lavouras	86	100
Produtos Animais	87	83
IGP-DI	183	82
OTN	192	68

Os Quadros 09 e 10 discriminam os preços médios de venda de terras agrícolas e arrendamentos, no ano de 1987, segundo as unidades da Federação, grandes regiões e Brasil. A coleta dos preços que dá origem a essas informações, além de outras sobre salários e serviços no meio rural, vem sendo assegurada pelos extensionistas das entidades vinculadas à **Embrater** e, na Bahia, Rondônia, Acre e Pará, nas áreas de sua atuação, pelos técnicos da **Ceplac.** Os dados de São Paulo são fornecidos pelo **IEA** da Secretaria de Agricultura do Estado. O processamento dos dados é de responsabilidade da **FGV/Ibre/Cea.**

Os preços são coletados em fins de cada semestre, em cerca de 3.000 municípios. Espelham fatos concretos, desprezadas as expectativas de valores referentes a contratos não consumados.

No que se refere a **arrendamentos agrícolas em dinheiro,** tem-se o preço médio mais comumente pago no local da coleta. São excluídos os preços das parcerias (meias, terças ou outras) ou quaisquer outros arrendamentos pagos total ou parcialmente em produto. Os **arrendamentos de explorações animais** correspondem aos aluguéis de terras para colocação de gado e os **arrendamentos para engorda ou estada de animais** referem-se à entrega do gado para ser cuidado durante certo período (geralmente curto).

Quanto às informações sobre **vendas de terras,** os preços referem-se à média das transações efetivamente realizadas com base no preço da terra nua (sem quaisquer benfeitorias) e de qualidade comum à região. São excluídos os negócios sobre terras localizadas junto às cidades (a fim de fugir ao efeito da valorização urbana) ou de qualidade excepcional (muito acima ou abaixo do geral). É importante ainda esclarecer que **campos** são terras onde predominam gramíneas grosseiras; **pastagens** são terras cobertas por gramíneas palatáveis (de boa aceitação pelo gado); e **matas** são terras com cobertura florística de certo porte (incluindo caatinga ou cerrado, desde que seja este o revestimento local mais comum).

Os preços médios dos aluguéis e vendas de terras, em 1987, expandiram-se muito aquém dos índices de inflação, medidos pelo **IGP-DI,** diferentemente do que ocorreu no ano anterior. Em 1986, graças ao **Plano Cruzado,** as cotações das terras registraram acréscimos espetaculares, superando quaisquer outros registrados desde 1966, a partir de quando se realiza a respectiva investigação. Para se ter uma idéia, em termos reais, os preços das terras subiram entre 142% (lavouras) e 180% (campos). Os arrendamentos tiveram aumentos reais relativamente menores, porém não menos importantes.

Os valores alcançados pelas terras superaram a capacidade aquisitiva da maioria dos agricultores, de modo que, naturalmente, o mercado teria que se ajustar, em 1987. Na verdade, as cotações das terras, neste ano, caíram além do que se poderia prever, tendo em vista a involução dos preços recebidos e a alta excessiva da taxa de juros, dentre outros fatores. Em termos reais, os arrendamentos desvalorizaram-se 35% nas lavouras, 43% nas explorações animais e 42% na estada ou engorda de animais. Quanto aos preços de venda, os decréscimos foram de 62% nas terras para lavouras, 65% nas de campos e 63% nas para pastagens.

As diminuições mais expressivas se verificaram ao longo do 1º semestre. De qualquer sorte, os valores reais das terras e arrendamentos atingiram, em dezembro de 1987, níveis inferiores aos registrados em igual mês de 1985. As expectativas sobre as cotações de terras para o ano de 1988 são de crescimento semelhante ao dos índices de inflação, mantidas as atuais taxas de juros.

QUADRO 09 – BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – PREÇOS MÉDIOS DE ARRENDAMENTOS E VENDAS DE TERRAS AGRÍCOLAS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1987

GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ARRENDAMENTO DE TERRA (Cz$/ha/ano)			VENDA DE TERRA (Cz$/ha)			
	Lavoura	Exploração animal	Engorda ou estada de animal*	Lavoura	Campo	Pastagem	Mata
Região Norte	1.977,34	1.715,92	87,25	8.088,23	5.297,01	6.899,57	3.896,74
Rondônia	2.740,00	1.646,67	91,43	20.777,78	10.750,00	15.000,00	9.000,00
Acre	...	1.200,00	50,00	10.166,67	6.444,44	7.726,77	3.672,02
Amazonas	1.440,00	...	105,00	6.000,00	...	5.138,66	3.240,35
Roraima	...	...	63,00	3.333,33	...	3.750,00	1.560,00
Pará	2.428,00	1.799,45	60,00	7.318,59	5.004,00	7.941,02	3.584,64
Amapá	...	...	...	7.150,00	...	8.000,00	...
Região Nordeste	1.510,26	998,97	155,99	17.862,36	7.894,09	13.013,41	7.365,89
Maranhão	1.068,99	642,08	97,83	4.317,71	2.285,42	4.604,31	2.167,45
Piauí	929,75	799,02	75,00	3.700,26	1.217,97	3.308,07	1.537,06
Ceará	1.425,10	771,94	118,44	7.687,92	4.084,40	4.729,63	4.338,83
Rio Grande do Norte	1.445,04	807,37	107,49	10.740,91	6.278,83	6.616,42	5.304,89
Paraíba	2.385,90	1.456,33	155,40	17.141,18	10.770,06	12.689,06	7.487,49
Pernambuco	1.939,96	1.807,40	158,53	29.081,61	11.782,57	16.964,96	13.057,25
Alagoas	1.951,58	1.782,57	173,81	44.542,10	20.443,24	35.543,37	23.467,11
Sergipe	2.050,71	1.995,56	176,67	39.313,67	16.554,31	31.392,91	19.829,39
Bahia	2.661,38	2.115,75	199,86	23.610,39	10.865,24	19.993,55	11.482,02
Região Sudeste	3.267,35	2.062,18	168,16	63.200,65	29.194,25	40.894,62	53.058,16
Minas Gerais	3.118,80	1.852,34	178,21	49.846,12	23.925,36	36.196,26	35.196,24
Espírito Santo	4.830,00	1.949,26	132,25	63.165,60	42.545,93	45.456,29	47.506,06
Rio de Janeiro	3.576,34	1.754,36	171,00	66.569,34	45.244,21	49.153,09	49.096,96
São Paulo	...	2.770,00	150,00	72.739,00	38.300,00	51.100,00	84.500,00
Região Sul	3.247,94	1.053,17	92,23	54.198,27	37.810,25	31.652,95	36.448,09
Paraná	3.553,66	1.755,35	128,72	63.910,44	43.647,24	44.459,29	38.237,75
Santa Catarina	3.882,25	1.345,53	161,11	46.370,25	27.144,42	22.537,01	33.821,59
Rio Grande do Sul	2.334,80	818,38	90,18	47.086,53	...	27.557,62	...
Região Centro-Oeste	2.008,27	1.569,57	128,02	33.757,17	13.662,41	23.567,80	15.988,55
Mato Grosso do Sul	2.386,62	1.406,00	98,72	45.036,92	17.761,80	27.326,76	24.939,42
Mato Grosso	1.670,72	1.550,57	94,29	24.833,71	8.154,49	18.224,48	9.970,10
Goiás	1.739,84	1.700,81	143,15	31.806,30	12.075,63	22.230,34	15.813,23
BRASIL	1.955,27	1.487,41	139,06	43.428,20	18.599,29	27.345,78	17.060,40

FONTE – FGV/Ibre/Cea.

* Cz$/cabeça/mês.

QUADRO 10 – BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – PREÇOS MÉDIOS DE ARRENDAMENTOS E VENDAS DE TERRAS AGRÍCOLAS NO SEGUNDO SEMESTRE DE 1987

GRANDE REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ARRENDAMENTO DE TERRA (Cz$/ha/ano)			VENDA DE TERRA (Cz$/ha)			
	Lavoura	Exploração animal	Engorda ou estada de animal*	Lavoura	Campo	Pastagem	Mata
Região Norte	2.725,64	2.007,50	99,90	12.807,94	5.788,95	10.974,30	6.897,78
Rondônia	4.196,67	3.486,25	132,50	32.214,64	12.857,14	20.800,00	17.115,38
Acre	...	1.920,00	115,71	16.311,97	9.187,39	13.569,23	6.114,73
Amazonas	...	...	...	12.343,77	...	9.650,34	5.630,41
Roraima	...	500,00	84,00	9.333,33	2.833,33	6.000,00	1.916,67
Pará	2.664,42	2.021,67	100,00	10.354,88	6.695,85	12.805,14	6.524,30
Região Nordeste	2.752,58	1.684,20	293,49	26.360,97	13.185,85	20.095,59	11.013,71
Maranhão	2.217,92	1.279,61	205,99	7.750,68	4.168,87	8.837,23	4.045,54
Piauí	1.944,83	1.282,75	220,00	5.837,10	2.352,30	5.867,95	2.759,60
Ceará	2.436,29	1.666,41	240,47	12.237,98	6.294,74	7.683,01	6.747,06
Rio Grande do Norte	2.952,95	1.129,61	200,00	18.983,77	9.705,59	9.271,23	8.824,31
Paraíba	3.570,55	2.179,39	297,25	29.724,77	19.480,46	19.703,58	12.493,06
Pernambuco	3.358,73	3.322,48	320,12	43.124,88	15.518,63	23.010,19	17.468,48
Alagoas	3.267,98	3.396,24	241,67	51.791,16	34.364,01	48.952,22	37.820,15
Sergipe	2.734,37	3.236,56	313,00	49.089,39	27.683,23	45.124,28	28.075,54
Bahia	5.094,72	2.935,84	349,90	34.177,73	19.037,78	31.630,27	16.457,34
Região Sudeste	4.484,59	3.067,20	249,42	92.361,69	42.830,41	57.594,07	74.209,88
Minas Gerais	5.362,13	2.877,04	274,84	62.635,38	31.668,09	47.015,75	41.907,65
Espírito Santo	7.941,12	2.293,78	197,17	67.482,43	42.747,79	47.514,51	49.345,58
Rio de Janeiro	7.836,45	3.287,56	209,61	103.611,90	65.894,78	78.972,50	59.174,24
São Paulo	3.927,00	3.600,00	215,00	116.718,00	68.300,00	83.400,00	136.800,00
Região Sul	6.711,27	2.167,74	152,84	90.981,51	54.125,79	55.141,67	57.687,65
Paraná	7.217,24	3.571,04	200,49	104.823,74	61.401,95	70.158,28	58.747,06
Santa Catarina	7.492,63	3.203,71	255,55	73.027,85	40.830,18	48.471,20	56.132,86
Rio Grande do Sul	5.283,55	1.607,45	149,99	82.663,68	...	51.639,25	...
Região Centro-Oeste	4.265,52	2.733,82	204,81	39.621,92	18.879,39	29.927,33	21.300,73
Mato Grosso do Sul	5.478,63	2.962,32	167,12	61.405,77	26.054,75	35.586,75	39.514,84
Mato Grosso	3.102,82	2.719,93	155,00	29.819,17	9.263,84	22.218,52	12.000,87
Goiás	3.576,75	2.555,62	224,53	34.660,68	16.091,84	27.778,78	17.893,95
BRASIL	3.766,17	2.441,41	218,04	66.718,40	26.860,28	39.234,42	24.691,29

FONTE – FGV/Ibre/Cea.
*** Cz$/cabeça/mês.**

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

AÇÚCAR E ÁLCOOL

A **Portaria nº 19,** de 14/03/88, do **Ministro da Indústria e do Comércio** suspende a intervenção na gestão do **Instituto do Açúcar e do Álcool (D.O.U.,** de 16/03/88).

O **Ato n.º 10,** de 14/03/88, do IAA, reajusta em 16,27% (Quadro 11) os preços da cana-de-açúcar, do açúcar e do álcool **(D.O.U.,** de 14/03/88).

O **Ato nº 13,** de 19/04/88, do IAA, reajusta em 16,01% (Quadro 12) os preços da cana-de-açúcar, do açúcar e do álcool **(D.O.U.,** de 20/04/88).

QUADRO 11 - BRASIL – PREÇOS DE CANA-DE-AÇÚCAR E REMUNERAÇÃO DOS PRODUTORES DE AÇÚCAR E ÁLCOOL

DISCRIMINAÇÃO	CENTRO-SUL						NORTE-NORDESTE	
	Rio de Janeiro				Demais estados			
	Ato 11	Ato 14	Ato 11	Ato 14	Ato 11	Ato 14	Ato 11	Ato 14
Preços da cana-de-açúcar (Cz$/t)								
no campo	825,00	957,08			806,17	935,24	1.069,63	1.240,88
na esteira	1.122,02	1.301,65			1.101,72	1.278,12	1.437,90	1.668,12
Remuneração do produtor[1] (Cz$/50 kg)								
Açúcar cristal **standard**	901,89	1.046,28			807,80	937,13	1.015,53	1.178,11
superior	966,51	1.121,25			872,42	1.012,10	1.080,15	1.253,08
especial	988,83	1.158,74			904,74	1.049,59	1.112,47	1.290,57
Preços do açúcar e do álcool para o mercado interno[2]								
Açúcar cristal (Cz$/50 kg) **standard**	1.435,23	1.665,00			1.434,31	1.663,93	1.437,91	1.668,14
superior	1.514,38	1.756,83			1.513,47	1.755,76	1.517,07	1.759,96
especial	1.553,96	1.802,75			1.553,05	1.801,66	1.556,66	1.805,89
Álcool (Cz$/l)								
anidro	29,25	34,74			29,62	34,36	30,92	35,87
hidratado	28,35	32,90			28,03	32,52	29,28	33,96
Preços do açúcar e do álcool para exportação								
Açúcar (Cz$/t) demerara			15.936,73	18.488,26			16.730,48	19.408,97
(Cz$/50 kg) cristal especial			942,69	1.191,15			1.101,12	1.302,20
(Cz$/50 kg) refinado granulado			1.059,15	1.326,19			1.062,65	1.373,45
Álcool (Cz$/l)								
anidro	29,77	34,53			29,44	34,15	30,73	35,65
hidratado	28,18	32,70			27,86	32,32	29,10	33,76

FONTE – IAA, Ato nº 11/88 e Ato nº 14/88.

[1] A remuneração do produtor inclui o custo do produto industrial, margens de qualidade e subsídios de equalização;

[2] Os preços aqui considerados são os preços oficiais de faturamento, **que incluem PIS, Finsocial, ICM e contribuições. No que se refere ao ICM, foi tomado o caso das operações internas, com alíquotas de 17%. (12% no caso do cristal superior).**

QUADRO 12 - REGIÃO NORTE/NORDESTE (SAFRA 1988) E REGIÃO CENTRO-SUL (2ª SAFRA) – PREÇOS MÍNIMOS

REGIÃO/PRODUTO	UNIDADE	PREÇO MÍNIMO BASE JANEIRO DE 1988	ÚLTIMO MÊS DE CORREÇÃO PELA VARIAÇÃO DAS OTNs (1988)
Sul, Sudeste e Centro-Oeste			
Amendoim comum	25 kg	301,75	jun
Batata-semente[1]	30 kg	632,10	mai
Feijão	60 kg	1.710,00	jul
Girassol	40 kg	415,60	jun
Norte/Nordeste			
Algodão em caroço	15 kg	426,00	out
Amendoim comum	25 kg	301,75	jun
Casulo de seda	1 kg	118,54	ago
Feijão anão	60 kg	1.710,00	set
Feijão Macaçar - Ceará	60 kg	1.200,00	jul
Demais estados	60 kg	1.110,00	jul
Gergelim	1 kg	35,00	out
Girassol	40 kg	415,60	jun
Mamona	60 kg	1.135,00	out
Mandioca	1 t	1.700,00	out
Milho	60 kg	500,00	out
Soja	60 kg	592,20	out
Sorgo	60 kg	450,00	out

FONTE – Decreto nº 95.817.

1 Válido para Bahia e Pernambuco. Este valor incorpora o custo da matéria-prima, quebra técnica, seguro e custos de limpeza e seleção.

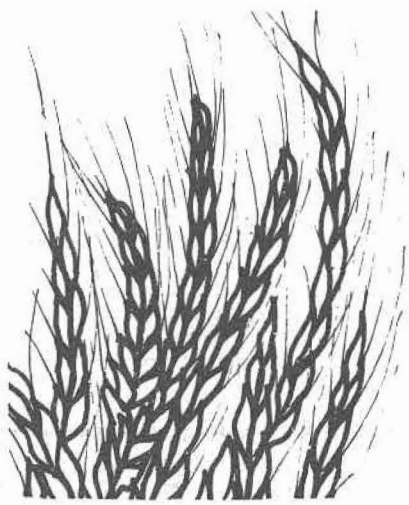
PREÇOS MÍNIMOS

O **Decreto nº 95.817,** de 11/03/88, fixa os preços mínimos básicos (ver Quadro 12) para os produtos da safra 1988 das regiões **Norte** e **Nordeste** e da 2ª safra de 1987/88 das regiões **Sul, Sudeste** e **Centro-Oeste (D.O.U.,** de 14/03/88).

TRIGO

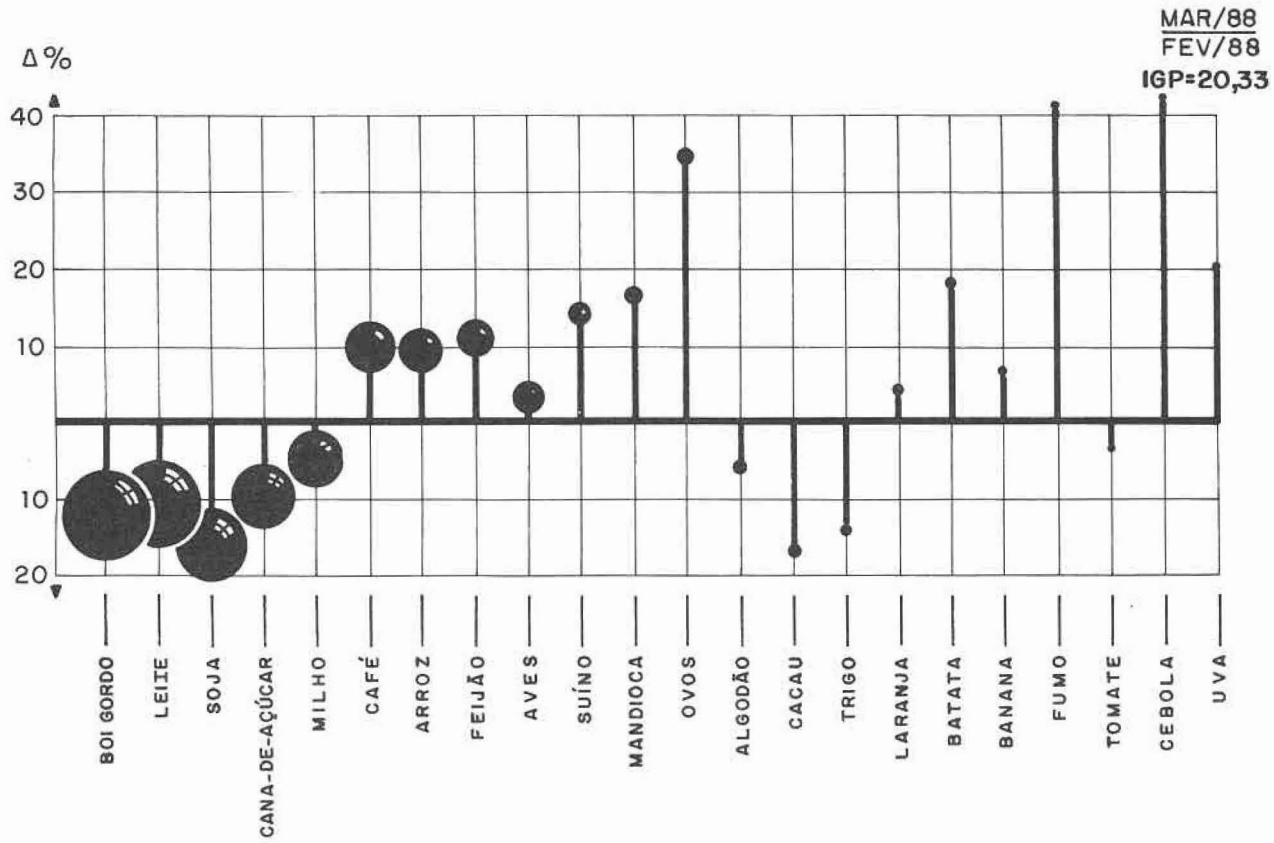
A Portaria **nº 24,** de 16/03/88, da **Sunab,** fixa em 6.520 mil t a previsão para abastecimento de trigo em grão no ano de 1988. Esta previsão deverá ser atendida por produto nacional e importado, mas a **Portaria** não discrimina os respectivos quantitativos. Por outro lado, a **Portaria** estabelece que, do total previsto para consumo, 5.520 mil t serão distribuídas a título de quota normal e 1 milhão de t como quota opcional (**D.O.U.,** de 18/03/88).

A **Portaria nº 27,** de 23/03/88, da **Sunab,** estabelece em Cz$ 14.800/t o preço de venda aos moinhos do trigo importado e do trigo e/ou triticale de procedência nacional com **PH78.** Neste valor estão incluídas as despesas com **ICM** e demais gastos necessários à entrega. A mesma **Portaria** fixa em Cz$ 1.132,20/50 kg o preço da farinha de trigo comum e em Cz$ 1.448,30/50 kg o da especial. A farinha comum para fins não alimentícios passa a custar Cz$ 1.489,00/50 kg e a especial sem subsídio Cz$ 1.905,40/50 kg (**D.O.U.,** de 25/03/88).

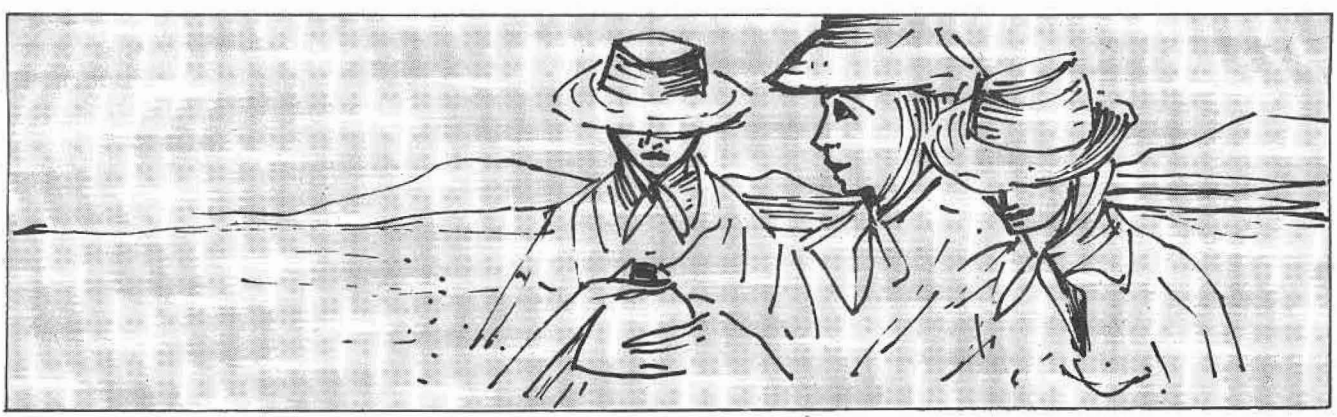


A **Portaria nº 31,** de 21/04/88, da **Sunab,** estabelece em Cz$ 23.680/t o preço de venda aos moinhos do trigo importado e do trigo e/ou triticale de procedência nacional com **PH78.** Neste valor estão incluídas as despesas com **ICM** e demais gastos necessários à entrega. A mesma **Portaria** fixa em Cz$ 1.772,90/50 kg o preço da farinha de trigo comum e em Cz$ 2.267,90/50 kg, o da especial (**D.O.U.,** de 25/04/88).

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES



No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do **IGP-DI**, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980. Estes valores aparecem retificados, a partir do nº 4, volume 11.



PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de abril)
1 – Preço médio um ano antes
2 – Preço médio no mês de abril*
3 – Preço médio na última quinzena de abril*
4 – Preço médio na última semana de abril*
5 – Comportamento dos Preços Futuros
6 – Tendência do mercado
7 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias
* futuro – primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	6,64	8,58	8,57	8,44		8,68			8,71			8,71		8,74		8,80		A safra européia de beterraba deve ter seu plantio encerrado com sucesso. Esperam-se compras chinesas e soviéticas, mas a safra de **beterraba açucareira** da **URSS** foi excelente e talvez este país apenas cumpra seus compromissos com **Cuba.**
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	60,52	63,38	64,01	65,48		61,10			57,42		56,14			56,89		57,18		Há muitas dúvidas no mercado. Não se sabe se as compras da **URSS** continuarão, e as exportações dos **EUA** estão fracas por não terem preço competitivo. A estimativa do consumo em março quase não repercutiu, e parece que o consumo industrial norte-americano está começando a se **desaquecer.**
CACAU BAHIA US$/tonelada	1.968,00	1.544,53	1.544,00	1.572,80		1.571,53		1.594,89			1.628,26			1.665,32		1.690,21		Na ausência de novas circunstâncias persistem os fatores negativos. Mudança na paridade dólar/libra pode influenciar cotações.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US¢/lb-peso	110,49	133,90	134,00	132,88		135,83		137,48			139,60			140,57		141,48		Indefinições em torno do novo **Acordo,** com fracasso da reunião da **OIC** em fins de abril, reforçam a tendência da manutenção dos preços baixos.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	168,30	204,42	203,45	200,75		212,07		217,62			225,14			232,95		237,66		O mercado está bem abastecido e se verifica normalidade no plantio da safra 1988/89 dos **EUA.**
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	512,86	672,30	672,93	675,50		681,95	685,34	687,20			695,70		703,58	711,34		717,66		O mercado vem sendo influenciado pelo acompanhamento da situação climática nos **EUA.** Espera-se menor área plantada naquele país e a falta de umidade em partes do **Corn Belt** tem chamado a atenção.
SOJA FARELO US$/tonelada	150,57	198,51	198,41	198,82		199,05	199,94	201,33	202,18		205,07	205,59		209,21				A estimativa do esmagamento da soja, nos **EUA,** em março, revelou que foram processados 108,3 milhões de **bushels.** No ano passado, foram 106 milhões. Os estoques caíram de 266 mil t, em fevereiro, para 207 mil t, em março.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	282,53	312,36	313,72	308,80		321,54		328,45			338,92			344,79		342,67		Previsões de chuvas nas áreas de plantio norte-americanas tem perturbado as vendas, mas a demanda continua elevada, com grandes compras sob a chancela do **Export Enhancement Program.**

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Bolsa de Chicago.

NOTA — Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 – Preço médio de abril de 1987, corrigido pelo IGP, para abril de 1988
2 – Preço médio no mês de abril
3 – Preço médio na última quinzena de abril
4 – Preço médio na última semana de abril
5 – Tendência do mercado
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6–Sul do BR Cz$ /15 kg 1º futuro	2.338,78	2.593,16	2.607,33	2.700,00	➡	O excesso de chuva durante a colheita, em **São Paulo** e no **Paraná** e a estiagem na **Bahia** e norte de **Minas Gerais** reduziram a safra. Os atuais problemas da economia indicam menor consumo por parte da indústria, em 1988.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. Cz$ /sc. 60 kg	1.828,58	2.288,16	2.405,00	2.720,00	➡	Persiste a dificuldade no escoamento dos grandes estoques de sequeiro. Apesar da boa oferta, os preços mínimos continuam sustentando as cotações.
CAFÉ Tipo 6 Cz$ /sc. 60 kg	14.093,76	9.400,26	9.368,46	9.120,00	➡	Alteração no sistema de quotas do **IBC**, com aumento da participação das vendas dos direitos de registro em leilão, deverão provocar volta de estoques no mercado.
BOI GORDO Cz$ /arroba		2.000,00	2.000,00	2.000,00	➡	A demanda está baixa e se verifica acentuação dos abates.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: Dira-Cati e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP – DI.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial Cz$/sc. 60 kg	5.193,64	3.250,00	3.250,00	3.250,00	↓	A intensificação da colheita da segunda safra em **São Paulo** e **Santa Catarina** garante o pleno abastecimento do mercado.
FRANGO Vivo Cz$/kg	74,83	75,78	79,93	91,20	↑	O aumento da produção de pintos em março deve refrear a tendência de recuperação dos preços do frango vivo.
MILHO Amarelo Semiduro Cz$ /60 kg	650,78	827,63	853,67	962,00	↑	Permanece a política de valorização real do preço mínimo. Há menor disponibilidade, comparativamente ao ano passado.
SOJA - GRÃO Industrial Cz$ /60 kg	1.173,26	1.557,50	1.590,36	1.654,00	↑	Pouco mais da metade da safra já tinha sido colhido em meados de abril. As perdas são estimadas, no mercado, em 2 milhões de t, aproximadamente, mas a escassez de recursos tem impedido maiores compras por parte das indústrias.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: Dira-Cati e Frango Vivo: APA-SP.

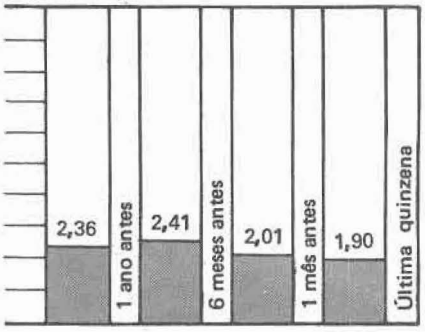
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).

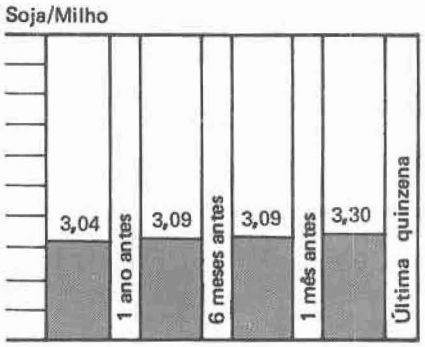
O preço relativo **algodão/soja** da última quinzena é inferior ao de um mês antes, evidenciando a recente valorização do preço da soja, cujo mercado vem sendo influenciado pelas reavaliações baixistas da safra brasileira e do estoque mundial. Também repercute o acompanhamento da situação do clima nos **EUA.**

Algodão/Soja



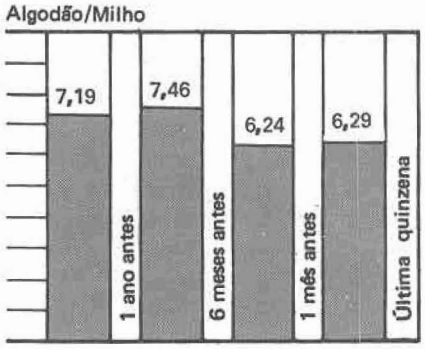
O indicador **soja/milho** da última quinzena é maior do que o de um mês antes, também em conseqüência da valorização do preço da soja no período. Isto porque a cotação do milho ficou estável, influenciada pelo fato de o mercado contar com boa oferta e o plantio da safra norte-americana de 1988/89 estar-se desenrolando mais rapidamente do que o considerado normal.

Soja/Milho



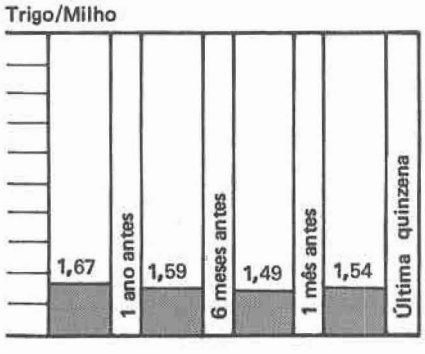
O mercado do algodão vem espelhando as conseqüências das perspectivas de retração no consumo, tanto nos EUA, quanto no mercado mundial e, a despeito do relativo enfraquecimento do dólar, as exportações norte-americanas do produto têm sido fracas. A relação não variou, na última quinzena.

Algodão/Milho



As compras de trigo por parte da **Índia,** dentro do programa **EEP** e o tempo seco, observado na área do trigo de primavera nos **EUA,** foram os fatores responsáveis pela interrupção do processo de desvalorização que vinha caracterizando o preço do grão. Conseqüentemente, o preço relativo **trigo/milho** da última quinzena apresentou aumento frente ao de um mês antes, aproximando-se do patamar registrado há um ano.

Trigo/Milho

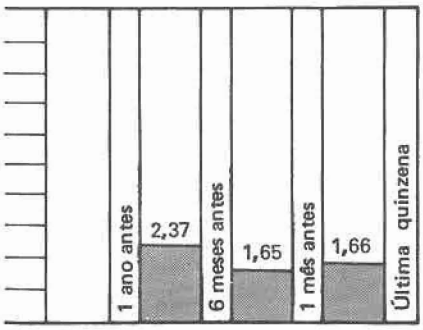


FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

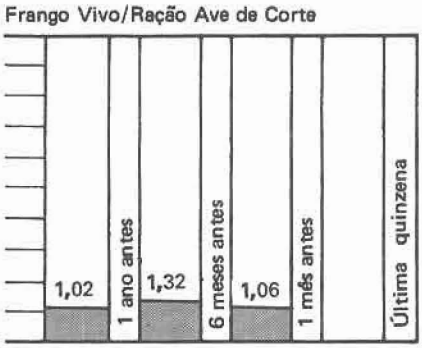
O preço relativo **boi gordo/frango vivo** manteve-se praticamente estável durante a última quinzena, comparativamente ao de um mês antes. O preço da carne bovina esteve inalterado durante todo o mês de abril, tendo havido abates acentuados, dada a proximidade do inverno. O preço do frango vivo registrou pequena elevação, devido à produção mensal de pintos de corte ter sido, em janeiro e fevereiro, inferior a 110 milhões de cabeças.

Boi Gordo/Frango Vivo



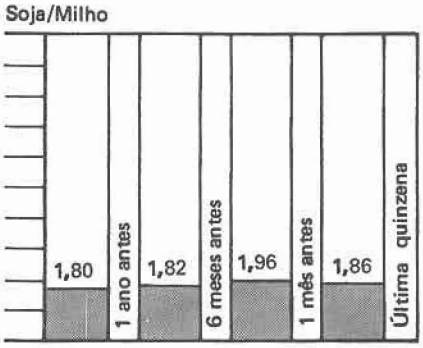
A falta de dados referentes à média quinzenal do preço da ração para ave de corte, compilados pelo **Instituto de Economia Agrícola de São Paulo,** impediu o cálculo do preço relativo **frango/ração** da última quinzena.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



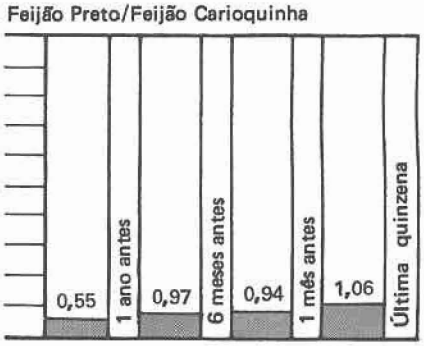
A quebra da safra de soja no Rio Grande do Sul ocasionou a alta que vem sendo recentemente observada no preço deste produto, que só não foi maior por não terem as indústrias conseguido recursos suficientes para as aquisições anteriormente esperadas no mercado. Como, na quinzena, o preço do milho elevou-se mais do que o da soja, o mais recente preço relativo **soja/milho** foi inferior à média mensal. O mercado do cereal registra as conseqüências da política oficial de valorização real do preço mínimo pago ao produtor, além de a atual disponibilidade do produto ser inferior à do ano-safra precedente.

Soja/Milho



A pequena oferta de **feijão-preto,** cuja colheita praticamente inexiste nesta época do ano, ocasionou alta em seu preço durante a quinzena, ultrapassando, inclusive, a cotação do usualmente mais caro **feijão-carioquinha.** A pressão exercida pelo fato de os estoques da safra **das águas** estarem vinculados a EGF acentuou este processo, fazendo com que o preço relativo **feijão-preto/feijão-carioquinha** da quinzena superasse todos os precedentes.

Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS — Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO,** cuja coordenação técnica é do **IBGE.** A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o **Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Sistema Brasileiro de Extensão Rural, Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola, Companhia de Financiamento da Produção, Secretarias de Agricultura** e **Secretarias de Planejamento.** Seus resultados segundo dispositivo legal **(Decreto 68.678/71),** são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** têm aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



QUADRO 13 - LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1988, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE MARÇO[1]

ESPECIFICAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi*	42.136	939.850[2]
Algodão*	...	...
Algodão arbóreo (em caroço)*	791.366	145.372
Algodão herbáceo (em caroço)*	1.786.711	2.209.842
Alho*	1.457	6.248
Amendoim (em casca)*	...	...
Amendoim (1ª safra)	72.648	123.410
Amendoim (2ª safra)*	28.038	35.527
Arroz (em casca)*	5.990.318	11.939.044
Aveia (em grão)*	...	...
Banana*	354.754	394.067[3]
Batata-inglesa*	...	...
Batata-inglesa (1ª safra)	105.674	1.413.981
Batata-inglesa (2ª safra)*	33.530	347.886
Cacau (em amêndoa)*	38.319	33.653
Café (em coco)*	1.422.202	1.440.546
Cana-de-açúcar*	4.308.194	271.858.584
Castanha de caju*	316.452	112.769
Cebola*	58.538	618.348
Centeio (em grão)*	...	...
Cevada (em grão)*	...	...
Coco-da-baía*	147.056	479.520[2]
Feijão (em grão)*	...	...
Feijão (1ª safra)	3.389.844	1.777.124
Feijão (2ª safra)*	1.926.384	973.340
Fumo (em folha)*	273.635	434.240
Guaraná (semente)*	2.558	490
Juta (fibra)	15.578	19.576
Laranja*	137.528	10.388.748[2]
Maçã*	17.700	1.727.838[2]
Malva (fibra)*	19.764	32.414
Mamona	313.207	209.703
Mandioca*	1.751.264	21.649.742
Milho (em grão)*	12.912.678	25.520.477
Pimenta-do-reino*	826	538
Rami (fibra)	8.000	18.400
Sisal ou Agave (fibra)*	116.512	83.908
Soja (em grão)	10.480.983	20.004.781
Sorgo (em grão)*	131.467	262.118
Tomate*	46.288	1.678.868
Trigo (em grão)*	...	...
Uva	58.439	725.955

FONTE – IBGE.

1 **Dados preliminares;**

2 **mil cachos;**

3 **mil frutos.**

* Os dados acima, referem-se aos principais estados produtores e não ao **Brasil** como um todo.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organizaçao racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal 9052 – ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Ernani do Amaral Peixoto, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Mario Henrique Simonsen e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Alfredo Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Casimiro Ribeiro, Luiz Fernando da Silva Pinto, Marcos Pereira Vianna e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: Theodoro Arthou
Membros: Abgar Renault, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Antonio Ribeiro França Filho, Associação dos Bancos do Estado de São Paulo, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Henrique Sergio Gregori, Instituto de Resseguros do Brasil, Mario Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Pôrto, Salles/Interamericana de Publicidade.

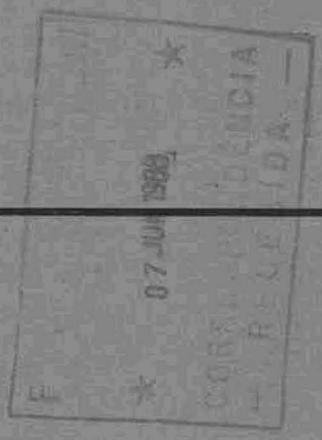
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian M. Chacel
Diretor Adjunto: Angelo Jorge de Souza

Centro de Análise Macroeconômica: Julian M. Chacel (respondendo)
Centro de Estatística de Preços: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estudos de Consumo: Beatriz Mello Flores de Lima
Centro de Estudos Empresariais: Angelo Jorge de Souza (respondendo)
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Paulo Nogueira Batista Jr,
Centro de Gerência e Economia da Informação: Julian M. Chacel (respondendo)
Conjuntura Econômica: Paulo Rabello de Castro



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Caixa Postal 9052
RIO DE JANEIRO - RJ
BRASIL